



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 22 - Nº 399 - DE 26 DE SETEMBRO A 03 DE OUTUBRO DE 2010 - R\$ 3,00

Últimos dias da disputa eleitoral: podridão e golpismo



VOTO NULO PROGRAMÁTICO

- Em defesa do programa da revolução e ditadura proletárias;
- Expropriação da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social, coletiva;
- Constituir a aliança operária e camponesa, sob a bandeira de um governo operário e camponês;
- Formar uma frente única anti-imperialista e anticapitalista;
- Fim do desemprego - Implantar a escala móvel das horas de trabalho, dividindo as horas nacionais utilizadas entre todos aptos ao trabalho;
- Fim da miséria - Por um salário mínimo de R\$ 3.500,00, corrigido pela escala móvel de reajuste de acordo com a inflação;
- Fim dos latifúndios - Expropriar sem indenização a propriedade latifundiária, nacionalizar as terras e entregá-las aos que nela trabalham;
- Construir o Partido Operário Revolucionário internacionalista
- A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores!



**Cuba: Castro abre
o caminho da
acelerada
direitização
da ilha**

**70 anos
sem
Trotsky**



Últimos dias da disputa – podridão e golpismo

Havia uma divergência no comando da campanha do PSDB: Serra deveria fazer ataques ao governo Lula e à sua afilhada Dilma; ou procurar uma identidade com Lula defendendo o continuísmo. Prevaleceu por um bom tempo o cavalheirismo serrista, até que Dilma despontou vencedora já no primeiro turno. Dilma não era nada, mas Lula era tudo.

No terreno do chamado “programa”, Serra viu sua candidatura ser enterrada. As massas se mantiveram atraídas pelo lulismo. Por outro lado, o grande capital só tem a se congregar com um governo que lhe protegeu. O problema é que Dilma não é Lula para a burguesia. Serra é a melhor opção diante do horizonte da crise mundial em desenvolvimento.

Ocorre que os capitalistas que influenciam diretamente as decisões políticas – principalmente a sua fração paulista – nada podiam fazer diante da força caudilhesca de Lula. O máximo que poderiam fazer era negar fundos para a campanha de Dilma e colocar a grande imprensa a serviço do PSDB/DEM. Mas os empresários individualizados, com seus negócios comprometidos com as vantagens despendidas pelo governo (empresas, bancos, multinacionais etc), não teriam como negar a Lula recursos. A orientação geral da burguesia pendente para uma mudança de governo sob a administração peessedebista não impossibilitou que o dinheiro continuasse a fluir para a candidata de Lula.

A razão desse fenômeno político se deve ao fato do governo Lula ter sido fiel ao grande capital, possibilitado ganhos extraordinários, controlado a luta de classes e mantido ascendência caudilhesca sobre os explorados. Caso esses fatores positivos aos interesses dos exploradores não tivessem presentes, certamente Dilma não contaria com os milhões necessários para a campanha presidencial. Afinal, se Dilma não era a candidata almejada pela classe capitalista, também não oferece ao grande capital nenhum risco, com ele se mostra comprometida – nisso está em essência o continuísmo lulista.

A questão é que Dilma comparece como uma incógnita em um quadro de mudança da situação econômica. Poderá ser um governo de crise política. Se o PSDB e DEM, com apoio de importantes setores burgueses, tentaram derrubar Lula no primeiro mandato utilizando-se de um movimento em torno do “mensalão” (criado pelo próprio PSDB em Minas, no governo de FHC), que se passará então com um governo de Dilma que não contará com os ventos favoráveis da economia mundial?

A vitória de Lula para um segundo mandato deixou setores da burguesia desconcertados, principalmente o PSDB/DEM. Como Lula foi “democrático” respeitando o limite de dois mandatos – diferente de FHC que mudou para dois mandatos comprando votos dos parlamentares –, esperava-se que o Lula não tivesse ninguém do PT para sucedê-lo. Não obstante, o caudilho estava vivíssimo, ao ponto de criar um candidato qualquer.

Restava ao PSDB/DEM movimentar suas forças no seio da classe burguesa para impedir Lula de usar a máquina do Estado para potenciar a obscura Dilma. Os petistas e peemed-

bistas sabiam que no momento em que as pesquisas eleitorais mostrassem a viabilidade da candidatura Dilma jorraria dinheiro dos grupos econômicos vinculados à política de Estado. O primeiro embate do PSDB/DEM foi, portanto, o de cercar os movimentos de Lula em defesa da candidatura Dilma. Em parte foi conseguido com a campanha de imprensa e recursos à Justiça Eleitoral.

Assim que o período eleitoral foi legalmente iniciado, Lula completou seu trabalho de arregimentação das massas. O setor do PSDB e o DEM que exigiam um ataque frontal a Lula e a sua candidata tomaram a dianteira diante do esmagamento de Serra. O que significava movimentar forças do aparato do Estado, da imprensa, de organizações (OAB, Igreja) que agissem materialmente sobre a população, a começar pela classe média. Nesse sentido, montou-se uma conspiração para desmoralizar a candidata Dilma.

As águas da campanha estavam muito cristalinas. Assim, a oxigenação e as correntes continuariam a impulsionar Dilma a uma vitória brutal e vexatória sobre Serra e sua coligação partidária. A tática deveria ser a de sujá-las, enlameá-las. E assim tem sido feito. O PT foi vinculado às Farcs e, logo, ao narcotráfico. Lula é acusado de conivência com Evo Morales, que acobertaria os traficantes da Bolívia. Não deu certo, tamanha a estupidéz da denúncia.

O melhor caminho é dos escândalos. O comitê de Dilma estaria preparando um dossiê contra Serra. O sigilo fiscal de sua filha e de líderes do PSDB foi violado. Um grande crime foi cometido contra a ordem constitucional. O governo, Lula, PT e Dilma são os responsáveis. Não adiantou muito. Os pobres e miseráveis que chegaram a entender a historietinha de mistério devem ter se perguntado: por que os ricos se preocupam tanto com o sigilo de suas contas e riquezas? Adiantou um pouco para uma camada da pequena burguesia que pode sonegar impostos e se acha rica o suficiente para se preocupar com o sigilo. Ou então, o pequeno burguês imbecilizado que acha que os burgueses têm o sagrado direito ao sigilo.

O arsenal dos adversários ainda não estava esgotado. Veio de repente à luz do dia que a ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, montou um esquema de privilégios familiares, tráfico de influência e corrupção, bem nas barbas de Lula. Quem era o emissário da bomba? Não poderia deixar de ser a revista Veja. Mais um escândalo de bandalheiras na Casa Civil – o mais estrondoso foi o mensalão, envolvendo o então ministro José Dirceu. Lula foi obrigado a demitir Erenice. O mais novo caso envolve o ministro da Comunicação Social, Franklin Martins e seu filho em contrato entre a TV governamental e uma prestadora de serviço (Tecnologia).

Como se vê, os adversários de Dilma também têm suas fontes e seus dossiês, com a vantagem de terem do seu lado a grande imprensa que serve de canal para os vazamentos, que são considerados crimes. A esperança do PSDB/DEM/Serra é que, se as massas não se tocaram com a quebra do sigilo, poderão se sensibilizar com as denúncias de corrupção.

Lula atacou a imprensa de mentir e de agir como partido em defesa da candidatura Serra. Bastou um discurso para se armar mais uma campanha – Lula estaria ameaçando a democracia, atacando a liberdade de imprensa. Organizou-se um ato de uma centena de advogados e figuras políticas no paço da São Francisco para lançar o “Manifesto em Defesa da Democracia”. A teatralização ganhou as primeiras páginas dos jornais. Da parte do PT, a CUT convocou um ato contra o “golpismo mediático”. Outra teatralização que não terá a mesma importância nos noticiários. O circo eleitoral ganha dramaticidade para as forças burguesas em disputa, o que para as massas de estômago vazio e que convivem com todo tipo de periculosidade comparece como briguinha de políticos.

A corrupção no governo Lula existe e é tão farta quanto a de governos anteriores. O PT se degenerou no poder do Estado. Já vinha se degenerando nos sindicatos. Não é, portanto, mentira da imprensa. O que os Mesquitas, os Frias etc fazem é potencializar politicamente as denúncias para derrubar a candidatura de Dilma. Desde o início, o Estado, a Folha e O Globo se alinharam ao Serra.

Caso tivesse se configurado a derrota de Dilma, como estava indicado logo no início da definição das candidaturas, não haveria necessidade do aparato perfilado ao candidato peesedebista se empenhar na confecção de escândalos. A corrupção somente é exposta como motivo político quando as forças vinculadas ao poder estão em choque.

Os órgãos de imprensa constituem um dos poderes fun-

damentais da burguesia. Não por acaso, agem como partidos, ora abertamente como agora, ora dissimuladamente. A ofensiva para quebrar a candidatura de Dilma - já vitoriosa se não houvesse a possibilidade dos escândalos funcionarem como arma política - não é “golpismo mediático”, mas sim golpismo da fração burguesa soldada ao PSDB/DEM/Serra.

A liberdade de expressão desfraldada pela grande imprensa, no caso, corresponde à liberdade de atuar abertamente como partido político, ou seja, como instrumento político da coligação PSDB/DEM. Uma vez comprovada a vitória esmagadora de Dilma no 1º turno, o movimento desencadeado pelas forças adversárias em torno de escândalos para impedi-la se caracteriza como um golpe. A ação orquestrada entre Serra, partidos, organizações civis (OAB) e imprensa é democrático. Denunciar o seu partidarismo é autoritarismo populista do presidente da República. Assim, tem sido colocado o confronto.

Os números das pesquisas indicam que Dilma começou a perder eleitores, que Serra e Marina cresceram. Mas a vitória no 1º turno da candidata de Lula ainda é possível. Em um segundo turno, crescerá a esperança dos golpistas. Tudo indica, não obstante, que Dilma será eleita, no final das contas. Nascerá como governo de crise. O PMDB, o partido mais oligárquico de todos os partidos, o abrigo dos corruptos mais eminentes, assiste a tudo impassivamente. Uma crise da magnitude como esta criada pelo PSDB/DEM em torno de Dilma lhe facultará maior poder no futuro governo lulopetista.

O lugar das candidaturas ditas socialistas

Assistimos a uma disputa e a uma confrontação no seio da burguesia e da sua democracia. As massas não passam de rebanhos. Todos usam e abusam da mentira, tamanha é a dispersão da classe operária e dos demais explorados que carecem do partido revolucionário.

As candidaturas das esquerdas figuram passivas na arquibancada do circo eleitoral. Confinadas como guetos na campanha, mostram-se incapazes de atrair a atenção de uma parcela da classe operária. Não tendo o programa revolucionário, comportam-se como organizações pequeno-burguesas oportunistas ou sectárias – duas faces da mesma moeda.

PSTU e PCO, auto-intitulados de trotskistas, comparecem com algumas bandeiras isoladas e desconexas de tarefas revolucionárias do programa proletário, pedindo votos. Do PCB estalinista, não se poderia aguardar outra política

senão a do ilusório “poder popular”, forma de gerenciamento do Estado burguês. E quanto ao PSOL, o que esperar do socialdemocratismo senão a demagogia proferida pelo socialcristão Plínio de Arruda?

Não há como defender a independência dos explorados e rechaçar a democracia burguesa apodrecida sem empunhar a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Como combater a disputa interburguesa que arrasta os explorados sem vincular as reivindicações com o método da revolução proletária?

No terreno burguês da luta eleitoral, também se manifesta a crise de direção do proletariado. A ausência de um partido proletário, marxista-leninista-trotskyista, profundamente vinculado à luta de classe, impossibilita a utilização da tática rigorosamente elaborada por Lênin a ser aplicada nas eleições. O que inviabiliza a tarefa de

contrapor nas eleições a política marxista às variantes da política burguesa e pequeno-burguesa.

As massas em períodos eleitorais se movimentam sob pressão dos partidos burgueses e de suas instituições, que incentivam as ilusões nos métodos políticos de sua dominação de classe. Jamais será possível competir eleitoralmente com os partidos da burguesia. A tarefa consiste em defender a estratégia da revolução, os métodos revolucionários, as tarefas e as bandeiras imediatas dos explorados.

A principal conclusão é da necessidade de superar a crise de direção, cujo ponto de partida está na aplicação do programa da revolução e ditadura proletárias. Há que rechaçar a política pequeno burguesa radical que oculta a estratégia marxista-leninista-trotskyista e faz apologia eleitoral do socialismo abstrato.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Apoio crítico aos candidatos de esquerda – é correto?

É preciso iniciar a resposta afirmando que é possível o apoio crítico a um partido centrista que reivindica o socialismo. Não se deve rechaçá-lo por princípio. No caso de parcelas importantes da classe operária e dos demais explorados se deslocarem da influência dos partidos da burguesia e caminharem no sentido da defesa do partido centrista, expressando um confronto político com a classe capitalista, pode ser necessário que o partido revolucionário manifeste nas eleições o apoio crítico. O apoio é dirigido aos oprimidos, de forma que se possa defender o programa revolucionário, combater os partidos da burguesia e demonstrar as limitações do centrismo.

É esta a situação que se apresenta com as candidaturas do PSTU e PCO? Ou do PCB e do PSOL? Observamos que não. Nenhuma dessas correntes está apoiada no deslocamento das massas e não expressa a luta de classe no plano eleitoral, mesmo que deformada. Cada uma por si procura a via eleitoral para se projetar e potenciar sua política centrista. Declarar apoio crítico a qualquer uma das variantes corresponde ao seguidismo e ao oportunismo. Na base dessa decisão está o democratismo pequeno-burguês.

Notamos casos disparatados: há aqueles que admitem apoio crítico tanto ao PSTU quanto ao PCO (mais para o PSTU do que para o PCO); aqueles que se dirigem apenas ao PSTU; e aqueles que consagram o PCO.

No artigo “Por que o apoio às candidaturas do PSTU deve ser crítico?”, publicado no Palavra Operária, de 17/9, a LER-QI supõe estar se diferenciando do esquerdismo com o apoio crítico ao PSTU. No segundo parágrafo, o articulista Daniel Matos acusa o PSTU de eleitoreiro, que “busca por votos para obter resultado que não seja menor que o PCB ou PCO, ou que não seja menor que o do PSOL; e ao mesmo tempo tentar aproveitar a visibilidade proporcionada pelas eleições para fazer o PSTU mais conhecido”. E qual é a conclusão: “Ainda que este partido não expresse uma política consequente de independência de classe, o voto nos candidatos do PSTU pode representar um passo significativo de setores de vanguarda contra os partidos burgueses e a conciliação de classe”.

Extraordinário raciocínio! O PSTU pretende colher votos a mais que os demais partidos de esquerda, que estão completamente à margem das massas, não obstante a LER, com seu apoio crítico, termina por acrescentar mais uma centena de votos para o PSTU. É seguidismo, ou não? O seguidismo oportunista explica a omissão do articulista quanto à inexistência de uma tendência das massas em apoiar as candidaturas do PSTU.

O Palavra Operária de 18/9 publicou uma declaração: “A candidata do presidente operário esconde os ataques que prepa-

ra! Votar contra a conciliação de classes! Votar criticamente no PSTU.” Um novo argumento é usado.” (...) o PSTU é um partido independente da burguesia e que levanta pontos programáticos corretos (...)”. O apoio crítico, agora, assenta-se nas qualidades revolucionárias do centrismo (o PSTU é independente da burguesia) ou progressistas (levanta pontos programáticos corretos).

Daniel Matos havia dito que o PSTU não expressa “uma política consequente de independência de classe”. O que significa ser inconsequente com a política de independência de classe? Significa ser um partido independente da burguesia? Não se trata apenas de uma contradição formal. A LER ou não sabe o que fala; ou faz o zigue-zague oportunista. Na realidade, o PSTU é contraditório. Ora pende para o marxismo, ora para o reformismo pequeno burguês. Assim, não se pode absolutizá-lo como partido independente da burguesia.

Como é visível o seguidismo da LER ao PSTU, na declaração do dia seguinte (18/9) procura-se novo disfarce. E por que não dar o apoio crítico ao PCO, que também seria independente da burguesia e que defende pontos de interesse da classe operária e dos camponeses? Pois bem, a LER acha que “o PCO (...) também pode expressar um voto contra os partidos burgueses e a conciliação de classe (...)” Mas sua bandeira é de apoio crítico ao PSTU. Se algum de seus militantes preferirem o PCO ao PSTU, não há problema.

A LER ainda não se acha suficientemente revolucionária com o apoio crítico ao PSTU e possivelmente ao PCO, assim resolve estender sua bandeira: “(...) os trabalhadores e jovens conscientes devem ter clareza de não votar em nenhum candidato ou partido patronal ou de conciliação como os patrões. Nenhum voto no ‘partido dos exploradores’ (PT, PCdoB, PSB, PDT, PMDB, PP, PV, PSDB, DEM, PPS e os diversos partidos de aluguel). Onde ficam o PSOL e o PCB? Para a LER, votando neles, “os trabalhadores e jovens conscientes” estariam contra a burguesia. Por que então não colocá-los na lista de apoio crítico? A LER o faz, mas de maneira envergonhada.

O morenismo usou e abuso do “apoio crítico” e continua a abusá-lo. O PSTU foi pródigo em “apoio crítico ao PT e Lula”. Daniel Matos quer afastar a LER do morenismo e não deixar transparecer a LER como irmã siamesa do PSTU. Mas não o consegue. Limita-se a criticar algumas das características do revisionismo de Nahuel Moreno (capitulação diante de “direções estalinistas, pequeno-burguesas ou nacionalistas burguesas”), mas não vai ao essencial – o abandono da estratégia da revolução e ditadura proletárias e da concepção leninista do partido. Essa revisão do morenismo o PST argentino carregou como herança e a transmitiu para o seu rebento brasileiro.

Adquira com o distribuidor deste jornal:

A desintegração da Frente de Esquerda

A divisão PSol/PSTU/PCB

Partido Operário Revolucionário

MASSAS

Eleições no Paraná: crescimento da candidatura apoiada por Lula

A poucos dias do pleito eleitoral, a preferência do eleitorado paranaense continua invertendo-se em relação ao início da campanha eleitoral. Inicialmente o candidato do PSDB Beto Richa aparecia como favorito para ser eleito no primeiro turno. O seu principal concorrente Osmar Dias do PDT - prejudicado pela sua relutância em definir-se como candidato contra seu ex-aliado o PSDB ou concorrer ao senado apoiado por eles até pouco antes de finalizado o prazo de inscrição das candidaturas - ameaça o favoritismo inicial do tucano, e está tecnicamente empatado com ele.

Se, na decisão de lançar-se como candidato a governador a intervenção do presidente Lula foi decisiva, na arancada pela preferência eleitoral o papel do Lula é ainda maior. Não existem diferenças ideológicas ou políticas fundamentais entre as candidaturas o PSDB e o PDT. Ambas representam frações das oligarquias agrárias e urbanas - interligadas - que dominam o Estado há mais de 50 anos. A única diferença que Osmar Dias pode apresentar durante a

campanha é colar sua imagem à do Lula e apresentar este como seu grande e antigo "amigo".

O PT sai por detrás da candidatura do Osmar Dias e tenta eleger para o senado Gleise Hoffman do núcleo dirigente do partido e próxima ao lulismo. Por este motivo o MST chama a votar no representante dos latifundiários e agropecuariastas reacionários do Paraná que é o senador do PDT. O fato é que com segundo turno ou sem necessidade dele, crescem as chances do candidato apoiado pelo Lula chegar ao palácio do Iguazu.

As oligarquias dominantes - principalmente agrárias - acompanham as candidaturas com mais chances de êxito, no caso a da Dilma, e se alinham com o poder central como quase sempre o fizeram no passado.

Os outros partidos inclusive os da esquerda pouco aparecem nas pesquisas de intenção de votos e sua propaganda obrigatória segue o figurino eleitoral de promessas e estímulo das ilusões democráticas. O programa do PSTU,

por exemplo, se sintetiza na consigna: "Nem Serra, nem Dilma! Por um governo dos trabalhadores!", quer dizer, governo burguês saído da eleição burguesa. Como no resto do país, as massas são iludidas e anestesiadas pelo circo eleitoral.

De resto toda a corja de aspirantes a deputados estaduais e federais mantém suas candidaturas sem grandes traumas nem tropeços, muito embora a igreja, a rede globo e outros meios fizessem uma intensa campanha em favor do "voto consciente" que punisse os desmoralizados parlamentares da assembleia legislativa, recentemente denunciados por diversos escândalos de contratação de laranjas que recebiam rios de dinheiro sem trabalhar e certamente drenavam para os bolsos dos "representantes do povo". Devem se reeleger os mais corruptos e poderosos políticos que já estão no legislativo estadual, o que mostra ser indiferente para o trabalhador obrigado a votar quem será o deputado a ocupar uma banca no parlamento.

Rondônia

Disputas interburguesas

Nas últimas semanas, o quadro da disputa para o governo do estado tem mudado de acordo com as pesquisas encomendadas. No dia 31/08, a TV Rondônia/IBOPE divulgou o resultado da segunda pesquisa para Governo do Estado. Segundo a pesquisa, João Cahulla (PPS) teria 24%; Confúcio Moura (PMDB), 22%; Expedito Júnior (PSDB), 22%; Eduardo Valverde (PT), 8%; Marcos Sussuarana (PSOL), 1%; indecisos, 15%; brancos e nulos, 7%.

As pesquisas, encomendadas pelo Partido Progressista/PP ao Instituto Alvorada, divulgada no dia 20/09, aponta Cahulla/PPS com vantagem nas intenções de voto, 31,20%. Em seguida, Confúcio Moura/PMDB com 20,60% e, em terceiro, Expedito Junior/PSDB,

que iniciou a campanha com otimismo no primeiro lugar cai para o terceiro, 19,30%. Eduardo Valverde/PT aparece com 7,30% e Marcos Sussuarana/PSOL com 1,30%. Os resultados indicam que haverá um segundo turno.

Os resultados das primeiras pesquisas e as recentes indicam que Expedito Junior caiu. Certamente, passou na disputa interburguesa o fato do Tribunal divulgar a notícia de que não aprovaria a candidatura de Expedito devido a lei da Ficha Limpa. As acusações que recaem sobre Expedito também são imputadas aos primeiros colocados. A corrupção, a grilagem de terras e outras falcaturas dominam a política burguesa no estado. Qualquer candidato que vencer estará a serviço

dos latifundiários, empreiteiras e empresas.

A classe operária, os camponeses, a classe média empobrecida e a juventude pobre devem dar um basta à política eleitoral e se colocarem no campo dos explorados em defesa das reivindicações de emprego, salário mínimo vital, acesso à juventude a todos os níveis de ensino por meio de sua estatização, saúde pública através da luta contra a rede privada, moradia decente aos trabalhadores.

O partido operário revolucionário se posicionou pelo voto nulo programática, com o objetivo de denunciar a política burguesa e defender as reivindicações que unificam as massas exploradas da cidade e do campo.

O “progresso” que representa destruição do trabalhador e do meio ambiente

Empregos temporários e terceirizados

Está em andamento na cidade de Caraguatatuba, no Litoral Norte de São Paulo, a construção daquela que pretende ser a maior base de extração de gás natural do Brasil. As obras iniciaram em 2009, com previsão de término em 2012. A base contará ainda com um gasoduto, o qual passará por baixo da Serra do Mar com destino à cidade de Taubaté, onde está sendo construída a base de processamento “Monteiro Lobato”.

Os investimentos da Petrobrás serão da ordem de 1,5 bilhão de reais, podendo aumentar, ao longo do período, esse valor. De início, foram contratados, através de uma empresa terceirizada (a “Consórcio Caraguatatuba”) mais de cinco mil operários, que se dividiam em três turnos. No entanto, esse número vem caindo, pois a empresa já demitiu aproximadamente mil e quinhentos operários. Há a previsão que, em dois meses, mais mil serão dispensados. O objetivo da Petrobrás é ficar apenas com 800 trabalhadores para fazerem a manutenção da base, mesmo assim de forma indireta, através da empresa terceirizada.

Falso desenvolvimento da região

Vemos que a Prefeitura e a própria Petrobrás iludem a população com a mentira do “desenvolvimento” da cidade. A prefeitura comemora ainda o fato de dobrar a sua arrecadação com os royalties pagos pela estatal. Pelo que já podemos vislumbrar, a população do Litoral ficará apenas com as migalhas, com os sérios problemas ambientais (trata-se de uma região de mata atlântica), além do crescimento da violência, do tráfico de drogas, do custo de vida, do crescimento das periferias etc. Problemas que já existiam, se potencializarão. O crescimento populacional, oriundo das migrações, aumentará.

Todas as riquezas que se extrairão por meio da tecnologia e da mão de obra operária ficarão nas mãos da burguesia nacional e internacional. Há muito que a Petrobrás não é “nossa”. Na verdade, nunca foi. Aparecia como patrimônio do Estado e da burguesia nacional, mas, com sua financeirização, tornou-se logo mais uma empresa com ações na Bolsa, cujos investidores são, em maior parte, ligados ao capital estrangeiro. Como a maioria das empresas capitalistas, utiliza-se da terceirização de serviços para diminuir os gastos. Aumenta assim a extração de mais valia, enquanto precariza ainda mais a vida dos trabalhadores.

Contras as mentiras, política proletária

Também como outras empresas, ela investe pesado em sua “imagem”. Nas quatro cidades que compõem o Litoral Norte paulista, busca incutir na cabeça da população as mentiras do “desenvolvimento sustentável”, através de projetos “sociais”, que levam às escolas. Passa a imagem de que é uma empresa “socialmente responsável e ecologicamente sustentável”; pretende ainda fazer com que as crianças aprendam como “não poluir e não destruir o meio ambiente”. Pura demagogia; a burguesia destrói e os mais pobres têm de cuidar do seu “lixo”.

É preciso defender o emprego dos operários e defender que eles, com a população, decidam os rumos da empresa na região. Para isso, é preciso iniciar a organização da classe de modo a se contrapor à propaganda enganosa que tem sido veiculada. Somente com a classe operária organizada em torno de seu partido, o partido operário revolucionário, e apoiada no conjunto dos trabalhadores poderá por fim aos problemas que surgem com o desenvolvimento das cidades e com a extração de riquezas naturais.

Rondônia

Prefeito do PT terceiriza o serviço de garis para beneficiar os capitalistas

A terceirização da coleta do lixo em Porto Velho teve início no final da década de 90, por uma empresa de Ceará/Fortaleza por nome de **Marquise**. Esse processo de privatização acelerado se intensificou com a administração petista, que atacou violentamente as condições de vida dos garis.

Desde o início do ano, os garis contratados pela prefeitura vêm sendo ameaçados de rebaixamento de salários, mudança de local de trabalho, fiscalização intensa e ameaça de demissão. Tudo isso

em função de favorecimento da mesma empresa, que firmou um contrato para realizar também o serviço de garis da cidade.

O prefeito Roberto Sobrinho tem sido alvo de denúncias de falcatuas, devido ao favorecimento aos empresários da empresa Marquise, responsável pela limpeza da cidade que tem um contrato milionário de 20 anos com a prefeitura. Com a construção das usinas, o problema da opressão sobre os garis aumentou, pois a população da

cidade aumentou e número de funcionários para a limpeza não tem correspondido a esse aumento. Resultado: a exploração passa a ser ainda mais violenta sobre os garis contratados por ela. Começando pelos baixos salários e a sobrecarga de trabalho devido ao número insuficiente de garis e às condições de transportes destes para os locais de trabalho.

As reivindicações dos garis devem ser defendidas por meio da luta e do combate ao prefeito vendido.

Congresso da Apeoesp: O que está em questão?

No dia do Encontro Regional de Educação, 21 de setembro, a diretoria da Apeoesp divulgou o caderno de teses. Os pré-delegados, eleitos nas escolas, não tiveram acesso ao material que seria discutido e votado. As correntes de Oposição, na sua maioria, fizeram um resumo de suas posições e divulgaram nas escolas e no dia do Encontro. A tese 1 da Articulação Sindical (diretoria) escondeu a essência do documento, que será a tese-guia do Congresso. Os que votaram na tese 1 não a leram e a apoiaram, obviamente, pelos laços de amizade ou pelos de favores sindicais. É claro que não excluímos os arrivistas e os oportunistas que sempre estarão colados onde tem maioria e com quem está o aparelho sindical. São os que comem os farelos deixados pela burocracia sindical. Durante o Encontro, a Corrente Proletária na Educação (POR), no tempo que coube para defender sua tese, denunciou a armadilha montada pelos burocratas para se perpetuarem no sindicato.

Ponto central do Congresso

A burocracia do PT aprovou o congresso para início de dezembro, quando as escolas estão com as luzes quase apagadas. O objetivo é eliminar a democracia sindical. Vejamos:

- 1) “Alteração do método de composição da diretoria da entidade: a chapa vencedora escolhe todos os cargos de uma só vez”.

Portanto, elimina a proporcionalidade direta. A chapa de oposição, não importando o número de votos nas eleições, ficará fora da Executiva e com os cargos subalternos. Imagine uma situação pior do que ocorre hoje. A Oposição ocupa 30% dos cargos na diretoria da Apeoesp, inclusive na Executiva, e não consegue ter voz na diretoria. Com o fim da proporcionalidade, sequer participará das reuniões que de fato decidem, que é a Executiva. É fundamental assinalar que a Oposição se negou a fazer uma campanha ostensiva contra a burocratização, contra o uso do dinheiro e contra o aparato encabrestado pela direção petista. Acreditou que omitindo e se servindo de algumas poucas benesses (liberação, carro, celular, viagens etc) manteria a proporcionalidade e o lugar da Oposição no interior da Apeoesp. Falso. Quanto mais a Oposição se curvar diante da burocracia, mais os burocratas avançarão. O método de denúncia da política da burocracia, que envolve o dinheiro dos professores e a independência do sindicato em relação ao Estado e ao governo, é um dos pontos centrais da defesa da democracia sindical. Todos os setores que compõem a diretoria se calam diante das falcaturas. Essa conduta é estranha aos trabalhadores.

- 2) “Ampliação da Executiva para 35 membros”.

A Executiva é a que determina os rumos do sindicato. A burocracia escolhe a dedo os membros colaboradores para compor o coração da entidade. Hoje, são 27 diretores, que são afastados do trabalho. Os membros do PT têm a maioria na Executiva, sendo que a presidência (Maria Izabel) também ocupa o cargo no Conselho Nacional de Educação, no governo Lula. No congresso, pretendem ampliar a Executiva para 35. Querem ter o controle absoluto: mais diretores liberados e somente da chapa vencedora. Serão os lambe-botas do sindicalismo estatal.

- 3) “Assembléias em locais fechados, com verificação de holerites”.

Os professores são 200 mil. A Apeoesp possui 170 mil filiados. As assembléias são em praças e ocupam as ruas. As únicas assembléias em locais fechados e com verificação de holerites foram convocadas nas surdinas e serviram para aprovar mudanças estatutárias e a compra do hotel (“Casa do Professor”). Trata-se de uma prática comum dos pelegos. Haja vista a história da Apeoesp na época de Rubens Bernardo. Precisou de muita luta para arrancar essa pelegada. Agora, novamente retoma o princípio genuíno de todo burocrata: controle das assembléia para impedir que os professores participem em massa das decisões. O PT, para continuar no comando da Apeoesp, precisa acabar com a democracia das assembléias e torná-las currais de seus apadrinhados.

- 4) “Penalidades às subseções que descumpram deliberações das instâncias do sindicato”.

Aparentemente, não há o que questionar. Mas por trás disso está o controle das subseções dirigidas pela Oposição. A burocracia tem a maioria na Executiva e no Conselho Estadual de Representantes e é por meio desses organismos que impõe a política de desmobilização e colaboração com o governo. Assim, quer que a Oposição acate com os olhos vendados as falcaturas e a conciliação. Para fazer valer, impõe as “penalidades”. Não dizem quais, mas não há dúvida que se trata do velho intervencionismo, muito usado na época da ditadura militar. A centralização vertical autoritária liquida a organização democrática do sindicato e acabará por destruir a estrutura das regionais, caso não seja derrotada pelos professores.

- 5) “Conselhos fiscais em todas as subseções – penalidades às que não apresentam prestações de contas”.

As subseções recebem uma pequena fatia do enorme montante de dinheiro proveniente das filiações. As contas são abertas e a diretoria tem acesso a todo o momento. As prestações são feitas pelo balanço mensal, assinado pelos tesoureiros das subseções e enviadas à diretoria central. O que equivale dizer que as subseções têm pouca autonomia em relação ao dinheiro. Os conselhos fiscais significarão o intervencionismo direto da burocracia nas subseções de Oposição. Na realidade, o que quer a burocracia é impedir que as subseções utilizem seus recursos para o movimento social e que implementem a organização do professorado, quando os burocratas estão quebrando a ação coletiva da classe. A burocracia precisa do controle político, organizativo e financeiro de todo o aparato sindical. Certamente, tem em seus planos o fechamento das subseções, como fez a CUT.

A aprovação desses cinco pontos de mudanças estatutárias implicarão retrocesso político e organizativo da Apeoesp. O congresso é uma instância controlada pelas correntes do PT e pelos lacaios do PCdoB. A não aprovação dessas medidas intervencionistas e de maior centralização burocrática dependerá da campanha realizada pelos setores de Oposição, junto aos professores nesses meses que antecedem o congresso. Daí a importância da constituição de uma frente pela democracia sindical. Na assembléia do dia 22 de outubro, as correntes que reivindicam da democracia sindical devem criticar as posições da tese 1 e votar em favor da autonomia das subseções e controle direto das bases sobre as contas da Apeoesp.

S. Paulo:

Encontros Regionais de Educação:

Lapa: Derrota da Articulação

A subseleção Lapa realizou um dos maiores Encontros para a eleição de delegados para o congresso, com a participação de mais de 200 professores. Foram apresentadas as seguintes teses: 1) Oposição Alternativa, defendida pelo PSTU; 2) Corrente Proletária da Educação, pelo POR; 3) Unidos pra Lutar em Educação, pela FOS; 4) Coletivo Apeoesp na Escola e na Luta, pelo PSOL; 5) Em defesa da Apeoesp independente e de Luta, pelo O Trabalho; 6) Na Escola pública, professores, alunos e funcionários escrevem o futuro do Brasil, Articulação/PT.

O PSTU, O Trabalho e Articulação dedicaram boa parte do tempo para as eleições, defendendo candidaturas da chamada esquerda (PSTU) ou a candidatura de Dilma e Mercadante (Articulação e O Trabalho). A FOS, que nas eleições apoia candidatos do PSOL, criticou o PSTU e os petistas de fazerem eleitoralismo no Encontro da Educação. Omitiu sua posição de apoio ao PSOL e dedicou o tempo para falar das medidas governamentais de ataque aos professores e denunciar a opressão sobre os negros, mulheres, homossexuais (políticas permanentes). A Articulação se enveredou pelo exitismo ao governo Lula e defendeu a integração da Apeoesp no Conselho Nacional de Educação, com o argumento de que se trata de uma conquista para os professores. A corrente O Trabalho, mais petista do que nunca, exaltou os feitos do lulismo, como o Piso Nacional dos professores, o ProUni etc. O PSOL dedicou o seu tempo para falar que a “tecnocracia avançou na educação de São Paulo” e os males daí provenientes. A Corrente Proletária iniciou mostrando que as raízes do fracasso escolar estão na base material da sociedade de classe. Evidenciou a desagregação do capitalismo e o conseqüente reflexo sobre a educação. Defendeu a estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle dos trabalhadores, o fim das avaliações e vestibulares e acesso a maioria explorada a todos os níveis de ensino. Reforçou o emprego e os salários por meio da bandeira da escala móvel das horas de trabalho e de reajuste e o salário mínimo vital. Por fim, centrou no combate à tese 1, que tem como essência a eliminação da democracia operária. Reforçou a independência da Apeoesp frente ao Estado e ao governo do PT e o método da ação direta para arrancar as reivindicações dos explorados.

Após a apresentação das teses, ocorrerão 18 intervenções do plenário de delegados. Algumas defendendo pontos das teses expostas e outras de rechaço à burocracia da Apeoesp.

Por fim, as teses foram votadas. A FOS obteve 57 votos, com direito a 16 delegados. O PSTU, 49 votos, 14 delegados; O POR, 44 votos, 12 delegados. O Trabalho, 3 votos, 1 delegado; O PSOL, 2 votos, nenhum delegado. A Articulação, 39 votos, 11 delegados. Os dados revelaram a derrota da Articulação, que pela primeira vez, ficou abaixo das correntes de Oposição.

Litoral Norte: Domínio da burocracia

Como em outros anos, prevaleceu o burocratismo da direção desde a entrega das atas para os militantes até a votação das teses no Encontro.

Não houve discussões nas escolas, a maioria absoluta dos professores desconhece as atividades do sindicato. Nas poucas escolas em que houve algum debate, foram escolas em que havia a oposição. No entanto, apesar de controlarem as atas, o Encontro foi esvaziado, apenas 51 inscritos, sendo 10 aposentados. A região conta 35 escolas estaduais e dezenas de outras municipais ou municipalizadas, com associados.

No Encontro, a Oposição Alternativa não pôde inscrever o delegado que defenderia a tese, porque a burocracia se utilizou do fato da entrega atrasada da ata. Mas tal decisão não foi tomada com base na vontade da plenária, mas da mesa composta pela Articulação e CTB/CSC. O gesto autoritário e burocrático de não consultar a plenária do Encontro expressa a degeneração da burocracia regional, a qual, embora tendo a maioria, prefere dar às costas aos professores e rasgar os regimentos, que são formulados por ela própria.

A burocracia da subseleção apenas se utilizou do plenário quando quis elevar o número de 10% para 20% de aposentados a que a subseleção teria que separar para atender a “cota” estabelecida estatutariamente. Nos últimos anos, esse número varia, conforme o interesse ora da CSC ora da Articulação. O objetivo em todo caso é retirar possíveis delegados da Oposição (Alternativa e nós, da Corrente Proletária).

Aprovado o aumento da cota de “aposentados”, a qual nos colocamos contra, pois demonstrava oportunismo e desrespeito, inclusive, com os aposentados que só são chamados a se pronunciar nessas ocasiões, foi votado também se haveria proporcionalidade direta ou com corte.

Defendemos a proporcionalidade direta porque é expressão da democracia operária e garante que todas as correntes de pensamento estejam expressas no Congresso, independente se atingiram ou não a percentagem mínima criada pela CUT burocratizada. Novamente, perdemos nessa votação.

Sem o representante da Oposição Alternativa, apenas duas chapas se formaram para defender tese: a Articulação/CSC e a Corrente Proletária da Educação/POR. A defesa deles omitiu a política educacional e se prendeu à defesa do governo Lula e dos avanços nas áreas sociais. A omissão da questão educacional evidencia o quanto estão fracassadas as teses reformistas aplicadas nos últimos anos e o quanto fracassou a política colaboracionista em nível estadual. Quanto à defesa do governo Lula, mostra o grau de estatização do sindicato e a subserviência dos reformistas diante de um governo burguês e destruidor de direitos.

Nossa defesa foi dividida em dois blocos: no primeiro, tratamos da questão educacional, ressaltando o fracasso dos oito anos de governo Lula e o seu paralelo com as políticas educacionais de Serra no Estado de SP, por fim apresentamos nossas bandeiras e a política revolucionária para a Educação; no segundo bloco, ressaltamos a crise social como manifestação da crise do sistema capitalista, apontamos os conflitos e ataques da burguesia imperialista sobre todos os países e a expressão disso através das políticas governamentais, defendemos a vida das massas e a revolução socialista como a estratégia a ser defendida hoje contra a barbárie social.

Precisávamos atingir o mínimo de 20% da plenária para termos direito a delegados, atingimos 22% e, por isso, poderemos levar representantes da Corrente na região para o Congresso.

Penha: Centralização burocrática para garantir delegados

O Encontro na Penha contou com 156 delegados. Na primeira meia hora, houve diversos informes. Para a burocracia, o Encontro tinha o objetivo de agrupar os apoiadores petistas em torno da campanha eleitoral contra o PSDB. Foram inscritas 4 teses: tese 1 - Artnova; tese 3 - Corrente Proletária; tese 9 - LOI; tese 16, da Oposição Alternativa. Cada uma teve somente 10 minutos para apresentação e, em seguida, houve a votação. As diferenças entre elas não puderam ser expostas, pois a Artnova impediu que houvesse o debate no plenário. Com ex-

ção da tese 1, Articulação/Artnova (PT), que pôde falar à vontade, o restante ficou limitado à pequena exposição. A burocracia regional aproveitou para achincalhar o PSTU, com o argumento de que se posa de Oposição, mas vota em conjunto com a diretoria da Apeoesp nos principais encaminhamentos, a exemplo da suspensão da greve.

Foi um encontro de cartas marcadas. A maioria do plenário, 103 professores (66,88%) votou na tese 1. A burocracia regional controla as atas, as recolhe antes do prazo com poucas assinaturas e determina o funcionamento do Encontro. Assim, a maioria dos delegados estava sob esse controle. Dos 156 pré-delegados, somente 39 se tornaram delegados, ou seja, houve um corte de 75% dos presentes. A tese 1, levará 13 conselheiros, 3 aposentados e somente 11 professores de base. A tese 3, Corrente Proletária, obteve 23 votos (14,93%), ficou com 5 delegados. A tese 16, Oposição Alternativa, 28 votos (18,18%), 6 delegados e mais um aposentado. A tese 9, LOI, 2 votos (0,01%), nenhum delegado, porque não atingiu os 10% (critério de corte da burocracia).

A Corrente Proletária, na defesa da tese, expôs o caráter da crise econômica e seu efeitos no Brasil, denunciou as medidas anti-educação do governo Lula, combateu a burocratização dos sindicatos e da CUT e colocou-se em favor do método da ação direta para conquistar as reivindicações. Como a corrente Oposição Alternativa, na região, é formada por militantes do PSTU e por independentes, a defesa da tese ficou contraditória. A ala dos independentes posicionou-se pelo Voto Nulo e o PSTU pelas candidaturas de seu partido.

No início, foi apresentado um recurso da Escola Vital Fogaça, exigindo a inclusão dos 2 representantes, inclusive únicos grevistas da escola. Foram excluídos pela burocracia regional porque uma de suas conselheiras, que trabalha na escola, tomou posse da ata e elegeu seus apoiadores (2 fura-greves) e entregou-a antes do prazo estipulado pelo regimento. Na reunião da comissão de verificação das atas, o PSTU percebeu que sua militante também tinha sido excluída. No dia seguinte, houve a denúncia na escola e o PSTU e Corrente Proletária elaboraram um recurso e coletaram assinaturas para adendar à ata original. No dia do Encontro, a burocracia foi obrigada a aceitar o recurso, mas aproveitou para incluir mais três delegados. Os problemas se repetiram com as atas das escolas Benedita de Rezende, do Cefam etc. A burocracia conferiu as assinaturas das atas encaminhadas pela Oposição e fez vistas grossas com as de seus apoiadores. O combate às falcaturas da burocracia teve o respaldo de algumas escolas e obrigou os dirigentes regionais a retornar algumas atas, que haviam sido recolhidas antes do prazo.

Os professores devem fazer uma avaliação do Encontro e tomar a defesa da democracia sindical para combater os métodos da burocracia dirigente.

Itaquera: Encontro massivo, mas disperso

O Encontro contou com participação massiva de pré-delegados e teve como destaque a discussão sobre a "A Tecnocracia e os seus efeitos na Educação Pública". A direção da regional convidou dois debatedores: a professora da USP (vinculada ao PSOL) e o professor da região (militante da Conspiração Socialista). Ambos centraram nas avaliações institucionais e criticaram a escola de formação para a efetivação dos novos concursados. Os delegados estavam dispersos, o credenciamento era feito no mesmo local e houve poucos questionamentos na parte do debate.

A segunda parte do Encontro contou com a defesa das teses.

A Corrente Proletária enfatizou a crise da educação e as medidas paliativas dos governos. Ressaltou que as diretrizes educacionais de Serra

(PSDB) são as mesmas do governo Lula (PDE, Plano de Metas etc). Concluiu com as reivindicações vitais e a necessidade da luta direta.

A tese da Conspiração Socialista é a mesma da Oposição Alternativa (PSTU). Procurou se diferenciar a corrente Escola na Luta (PSOL), que dirige a subsele. E mostraram o êxito do Encontro com a participação massiva de professores.

A tese da Escola na Luta (PSOL), depois de elogiar o trabalho de construção do Encontro regional, partiu para a crítica à posição do Voto Nulo nas eleições. Serginho, proponente da tese, chegou ao ridículo de dizer que "muitos militantes morreram na década de 70 para que nós pudéssemos votar hoje, e os companheiros do POR e da Conspiração Socialista joga isso no lixo, quando chamam o voto nulo". Usou o pior método para tentar arrancar votos da Conspiração Socialista e da Corrente Proletária.

A última tese foi a da Articulação (PT). Os dois delegados leram passagens da tese, como se fosse um jogral.

O resultado da votação: A Conspiração teve 148 votos (50,7%), sendo 29 delegados; a Escola na Luta, 115 votos (39,4%), 23 delegados; a Corrente proletária, 15 votos (5,36%), 3 delegados; a Articulação (0,71%), nenhum delegado.

Sudeste-Centro: Ampliou a burocratização

A retirada de delegados para o XXIII Congresso Estadual da Apeoesp demonstrou o processo de ampliação da burocratização do sindicato. Espelha a tendência mais reacionária do sindicado, Articulação Sindical, que controla a região. Vejamos:

1. As atas de retirada de pré-delegados foram amplamente controladas pela direção da subsele, não permitindo nem uma cota mínima para a Oposição;
2. Não houve qualquer chamamento para a composição da Comissão de Organização do Encontro Regional. Isso indica que todo o processo de averiguação da Atas ficou sob o controle da Articulação. Sendo assim, não sabemos se os pré-delegados retirados nas escolas correspondem aos resultados do final do Encontro;
3. A data de entrega das Atas foi antecipada em um dia, ou seja, a entrega passou a ser no dia 16/09 e não 17/09 conforme consta no regulamento geral. Este golpe veio dificultar ainda mais a retirada de pré-delegados. No entanto, por não termos participado da Comissão de Organização, não sabemos ao certo até que dia foi aceita a entrega das Atas;
4. O Encontro Regional demonstrou a ausência da democracia operária. Não foi permitido defender a proporcionalidade direta para a eleição de delegados;
5. A despolitização correu solta, pois a maioria dos professores que se encontrava do debate não tinha clareza do que estava acontecendo. Apesar de haver apenas duas teses o debate (Tese 1- Articulação Sindical e Tese 3- Corrente Proletária da Educação), o tempo dispensado para a exposição dos principais pontos foi de apenas dez minutos para cada. No entanto, antecedeu a discussão das teses uma mesa sobre educação, que durou praticamente duas horas. Sendo assim, não houve tempo suficiente para que os professores pudessem ser esclarecidos sobre as teses. O velho método distracionista continua a reinar na subsele.

Conclusão: O resultado já era esperado. Venceu a burocracia, os delegados despolitizados, a ausência da democracia operária e, conseqüentemente, o governo. A tendência do Congresso é refletir esta despolitização e esta burocratização. Por isso, é urgente a formação de uma frente revolucionária no interior do sindicato para varrer a burocracia traidora e fraudulenta.

Eleições para DCE: superar a atual gestão

Definida a data da eleição para a nova diretoria do DCE, é chegado o momento dos estudantes fazerem um rigoroso balanço da gestão *Da luta não me retiro* (PSOL/independentes; PSTU e Consulta Popular), eleita em outubro de 2009. Na ocasião, respondemos ao chamado para a construção de um programa para a chapa, participando das discussões com nossas bandeiras e propostas. Por entender que o programa aprovado para a mesma era muito rebaixado, nos retiramos. Contudo, manifestamos à época, o apoio crítico nesta chapa.

A CPE que vem atuando no movimento estudantil tem expressado nos seus boletins a crise por que tem passado a UFC, apesar da propaganda da reitoria em torno das obras que vêm sendo feitas nos campi. A coexistência do ensino público com o privado tem levado a um processo crescente de privatização da educação que se materializa nas taxas e matrículas pagas nas especializações, na legalização das fundações de apoio, que roubam o dinheiro público para financiar pesquisas privadas, na implementação de portarias, decretos e todo tipo de medidas para aprofundar a privatização da universidade, vide REUNI, Novo Enem etc. Todos esses ataques têm exigido respostas cada vez mais imediatas do movimento estudantil.

Mas, a atual direção do DCE não tem se colocado à altura desta tarefa. Ao longo de sua gestão, em vias de encerrar-se, não fizeram nenhuma luta consequente em defesa das reivindicações dos estudantes. A campanha sobre a deficiência da *Assistência Estudantil* ficou só nos cartazes. A do *Transporte*, onde foi feita uma “audiência” esvaziada no Pici, não deu em nada. O problema não foi resolvido nem na capital nem nos campi do interior, onde a situação é ainda mais grave. Quanto à questão da segurança, o DCE tem permanecido num profundo silêncio enquanto que mais uma vez os ‘agentes de segurança’ da UFC agridem um estudante, neste último dia 15/09.

O discurso da ‘Universidade Popular’ também tem se transformado em um conto de fadas com a atual gestão. Não denunciaram o socorro feito pelos governos Lula e Cid Gomes aos empresários; a prefeita Luiziane não é considerada como inimiga pelo DCE mesmo retendo milhares de carteiras de estudantes e atuando contra a luta dos trabalhadores, como tem sido o caso da greve dos rodoviários

e das comunidades que lutam por moradia digna. Não vimos essa gestão mobilizar os estudantes para os principais atos da cidade: 1º de maio, dia da mulher, grito dos excluídos. Até a rebaixada campanha pelo limite da propriedade da terra, defendida pelo próprio PSOL, passou sem que ocorresse uma panfletagem ou debate.

Também foram escassos os debates e as panfletagens. O jornal do DCE, que poderia ser um importante instrumento para potencializar a luta, só foi editado duas vezes. A prestação de contas há quase 3 anos não é apresentada, isso sem falar da ausência da gestão nas mobilizações do Novo ENEM, quando o movimento estudantil, mais uma vez, enfrentou o autoritarismo do Reitor Jesualdo.

Qual é a razão para o imobilismo de uma gestão que prometia romper com a tradição construída pelos governistas? Simples, o programa rebaixado construído para fins de ganhar o aparelho da entidade, programa reformista e de modo algum anticapitalista e a postura colaboracionista que as correntes políticas (PSOL, *Consulta etc*) à frente do DCE mantêm com a Reitoria/burocracia universitária. Exemplo disso é que sequer as pautas aprovadas no VI Congresso, mesmo que rebaixadas e defendidas pela atual gestão, saíram do papel. A verdade é que a gestão do DCE não tem se mobilizado nem para defender suas próprias bandeiras (defesa da paridade, as cotas e os 10% do PIB para a educação). O movimento estudantil precisa articular suas lutas e empreender a crítica destas consignas rebaixadas, que de nenhuma maneira resolvem a crise da educação.

A gestão atual do DCE tem se tornado um empecilho para o avanço da consciência de classe dos estudantes. A Corrente Proletária Estudantil faz sua autocritica pelo apoio crítico à Chapa *Da luta não me retiro* e conclama os estudantes da UFC à ruptura com esta gestão, com seu programa, com sua paralisia e seu colaboracionismo com a reitoria, disfarçado de independência. Convocamos todos os estudantes a construirmos uma verdadeira direção de luta e revolucionária para o DCE, a construirmos um programa de defesa intransigente da Universidade pública e do método da ação direta para conquistarmos nossas reivindicações.

Congresso de Estudante da UFC: Discussões rebaixadas marcam o VI Congresso

O VI Congresso de Estudantes da UFC foi realizado entre os dias 26 e 29 de agosto, no Pici. Contou com cerca de 700 inscritos e pouco mais de 130 delegados. Nove teses foram apresentadas, três delas ligadas a atual diretoria do DCE (Toda Voz e Levante - ambas ligadas ao PSOL e Ousar lutar quando a regra é ceder, do PSTU).

A realização do VI Congresso representou a continuidade do lento trabalho de reorganização do movimento estudantil na UFC. Foi o segundo congresso consecutivo (ano passado ocorreu o V) depois de *doze* anos sem congresso. O VI Congresso ocorreu em meio à acirrada disputa eleitoral burguesa, a continuidade da aplicação da reforma universitária do governo Lula, e a apatia do movimento estudantil que não esboçou resistência diante da aplicação desta. Apesar da pouca

divulgação do evento, uma parcela dos estudantes compareceu aos debates, contrariando o esvaziamento esperado pelos setores de direita (Consciência/PDT). A Corrente Proletária Estudantil interveio no congresso com sua tese e em defesa da Assembleia Universitária e do voto universal.

Um Congresso engessado pelo DCE

O DCE (Toda Voz e Cia) fez aprovar, no Conselho de Entidades, uma programação onde a apresentação de teses e o debate em grupos foram secundarizados, em detrimento de painéis (*palestras*). Na defesa das teses, espaço no qual os estudantes e correntes podem apresentar suas concepções de educação, de universidade e assim promover o debate, cada expositor dispôs de apenas 10 minutos para apresentar integralmente

o conteúdo destas! O objetivo foi literalmente sufocar o debate e impedir as polêmicas. Até o regimento interno, elaborado pelo DCE e CEB, não foi submetido à votação do Congresso, como é de praxe no movimento estudantil e sindical. A comissão organizadora, em sua maioria ligada ao ‘Toda Voz’ fez o possível para não credenciar delegados de alguns cursos, a exemplo da Geografia, que não tinham atingido o quórum máximo nas assembleias que elegeram seus representantes ao congresso. Estes tiveram de recorrer ao plenário contra a comissão organizadora!

As discussões centrais do VI Congresso

O debate sobre a ruptura com a UNE, mais forte no passado, foi retomado pelo PSTU com

a bandeira de *Abaixo a UNE*. PSOL e PCR, integrantes da direção da UNE, correram a modificá-la com um acréscimo “*Abaixo a direção majoritária da UNE*” (direção majoritária composta por PCdoB e PT). Abstivemo-nos e denunciámos a manobra, já que esta era uma forma envergonhada de propor a ruptura com a entidade. Vale salientar que o PSTU sequer apresentou proposta de que o congresso apoiasse a construção da ANEL. Além disso, o acréscimo feito pelo PSOL não resolvia o problema da burocratização da entidade, já que eles comportam-se também como uma burocracia nas entidades que dirigem (vide o exemplo do DCE da USP, onde a gestão *Melodia*, ligada ao Psol quer entregar o *Espaço de Vivência dos estudantes*, sem consultá-los é claro, para a Reitoria). O combate à direção pelega da UNE só será consequente quando os estudantes empunharem um programa revolucionário de defesa da destruição do capitalismo.

Outro ponto bastante presente nos GDT's foi

quanto à forma de representação nos órgãos deliberativos da universidade (CONSUNI e CEPE). PSOL, PSTU, PCR, PC do B estiveram todos unidos na defesa da paridade (cada segmento da comunidade universitária - estudantes, servidores e professores - tem peso de 1/3 na votação). Essas organizações defendem, na verdade, a distorção na representação, pois os servidores que contam com o menor número, por esse critério terão mais peso nas decisões, ao passo que os estudantes, de longe a grande maioria, continuarão tendo menor peso nas decisões. A Corrente Proletária defendeu maioria estudantil nos órgãos colegiados e Assembleia Universitária com VOTO UNIVERSAL. Os estudantes são maioria e dependem mais que qualquer outro segmento da estrutura da universidade (bibliotecas, laboratórios, RU's). É isto o que os obriga a defenderem, com mais vigor que os outros segmentos, a universidade dos ataques dos governos/burocracia universitária. Cabe a eles, portanto, ter peso preponderante nas decisões e nos rumos

da Instituição.

A bandeira de efetivação dos servidores terceirizados e professores substitutos foi aprovada pela grande maioria. Avaliamos, porém, que o DCE não será capaz de encaminhar a deliberação do Congresso, sobre essa e outras bandeiras aprovadas. Isso porque sem um calendário de lutas para materializá-las as votações assumem um caráter meramente retórico.

A verdade é que o Congresso não renovou o movimento estudantil nem garantiu a mobilização para a defesa do ensino público, não armou os estudantes para o combate consequente à reforma universitária e ao autoritarismo do Reitor Jesualdo, que segue sem sofrer a mínima crítica por parte do DCE. O congresso não aprovou nenhum posicionamento frente aos governos burgueses (Lula, Cid etc.) que vêm golpeando a educação, através de suas reformas universitárias e da aplicação das diretrizes do Banco Mundial.

Manifesto do POR ao XIX Congresso de Estudantes da UNESP e FATEC

A universidade de classe, da burguesia, expressa todas as contradições da sociedade capitalista. Uma nova universidade será fruto de uma nova sociedade, socialista.

Apresentam-se como umas das contradições o ensino desvinculado da produção social e a intervenção do Estado. Uma universidade que atua separando teoria e prática, com métodos repetitivos, que não permite que os estudantes desenvolvam completamente suas capacidades intelectuais. Este desenvolvimento só é possível com o ensino vinculado a produção social, articulando teoria e prática.

A universidade não possui independência perante o do estado, é dirigida por uma casta, indicada pelos governos, que expressa todas as idéias da burguesia, como preconceitos, racismo, machismo, aversão à organização e mobilização política dos estudantes. Por isso, em momentos de conflito de estudantes contra medidas destruidoras da educação, os primeiros a reprimir, perseguir, difamar o movimento estudantil são esses burocratas - que falsamente se dizem neutros politicamente, fazem a defesa da classe burguesa, pela manutenção do capitalismo, que em suas crises deve intensificar os ataques à classe trabalhadora.

O movimento estudantil, como um

movimento político, que expressa várias tendências, deve construir uma fração revolucionária, com o programa da classe operária, de destruição do capitalismo. Não será pela via aventureira e aparelhista, de formação de novas entidades que se alcançará este objetivo. Os revolucionários devem trabalhar pela unidade para combater os aparatos do Estado burguês.

As direções não devem ser confundidas com as entidades. A política aventureira do PSTU, em chamar a ruptura com a CUT- Central Única dos Trabalhadores, com o argumento de que já não era possível disputá-la, por estar burocratizada e não representar os trabalhadores, assim, o PSTU fez a campanha para formar seu próprio aparelho, a Conlutas.

As divergências políticas devem ser discutidas no seio do movimento, quando se chama a vanguarda a construir entre iguais, busca-se reduzir a dinâmica que expressa às várias tendências políticas em movimento à simples seitas ou aparelho dominado pela corrente majoritária. Deixa-se de combater as direções burocráticas e vendidas, que fica sem oposição, tranqüila para continuar anestesiando as massas na luta contra as políticas capitalistas de destruição de direitos.

A corrente proletária, não faz a crítica à ruptura pela ruptura, mas por quem foi realizada. A ruptura com a CUT, assim como com a UNE não foi feita pela base, pois caso fosse, já teria varrido essas direções. Quando a base rompe ela não deixa que a direção permaneça falando em seu nome. O abandono da base nas mãos das direções pequeno-burguesa do PCdoB e PT possibilitou uma desmobilização das massas diante de ataques. Um exemplo dessa desmobilização, foi as demissões em 2008, com a crise econômica, onde milhares de trabalhadores ficaram desempregados e o que a CUT fez foi chamar ao que permaneceram no emprego a fazer acordo, que evitasse que seus patrões afundassem, como forma de manter o emprego, em nenhum momento os operários foram chamados a se organizarem à luta por seus empregos, o que representa a luta por sua sobrevivência.

A fragmentação do movimento, enfraquece a luta e fortifica a política reacionária da burguesia, que aumenta a repressão. A única força que os explorados têm é a unidade na luta contra a classe capitalista.

É necessário formar uma frente revolucionária pelo fim do capitalismo, com a política programática da classe operária.

Balanço da greve de 127 dias do judiciário/SP

A mais longa greve dos trabalhadores do Judiciário de São Paulo, que teve início em 28 de abril e terminou em 1º de setembro de 2010, não conseguiu quebrar a política de arrocho salarial do TJ/governo. A exemplo de outras categorias do funcionalismo, que também saíram em luta contra a mesma política governamental, o “acordo” feito pelas direções que levou ao final da greve se deu em torno apenas da compensação dos dias parados e devolução do dinheiro que já havia sido descontado, ficando de lado a pauta de reivindicações. Nem mesmo a migalha da reposição inflacionária do último ano, calculada em 4,77% e prometida pela própria cúpula do tribunal antes do início da greve, foi feita. Isto demonstra o quando a casta dirigente deste poder está empenhada em cumprir à risca as determinações do governo de plantão (PSDB). Apesar disso, a avaliação que se faz é de que o tribunal não conseguiu derrotar a greve totalmente, pois não teve como avançar nas punições e recuar em uma de suas principais decisões: manter os descontos dos dias parados e devolver o dinheiro já descontado no salário dos grevistas. Isto se deve principalmente por conta do grau de radicalização alcançado pelo movimento (ocupações do Palácio da Justiça e do prédio João Mendes) e pelo fato do TJ perceber que a categoria não aceitaria retornar ao trabalho sofrendo os descontos, apesar do cansaço e do refluxo. Nesse sentido, o fim dos descontos e a devolução do dinheiro confiscado em troca da possibilidade de compensação dos dias parados foi uma vitória para o movimento. Ou seja, o movimento não alcançou o objetivo de ter as reivindicações atendidas, como a reposição salarial, mas foi vitorioso quando o TJ teve que recuar no intento de punir os grevistas e na suspensão dos descontos da greve.

Lições da greve

Está claro que o “acordo” feito pelas direções da greve com o tribunal deixou muitas pendências. Isto se explica por vários fatores, mas alguns foram mais decisivos: **1 – o isolamento da greve imposto pelo profundo corporativismo das direções:** a greve ocorreu isolada das lutas de outros setores do funcionalismo que também entraram em greve (professores da rede estadual, funcionários da USP, justiça federal etc.) e apesar de ter ocorrido um ato unificado com estas duas últimas categorias durante a greve, estava colocada a necessidade de manter e desenvolver outras ações conjuntas, mas essa possibilidade foi boicotada pelas direções, que desenvolvem uma política extremamente corporativista na categoria. Era uma condição fundamental para quebrar o arrocho salarial a luta unitária do conjunto do funcionalismo, uma vez que todas as categorias estão submetidas à mesma condição de penúria há décadas. **2 – a política legalista, pacifista e conciliadora das direções:** mais uma vez a realidade demonstrou não ser possível quebrar a intransigência do tribunal pela “via legal”, “por cima”, como tentaram fazer crer as direções do movimento. A cada ataque desfechado pelo tribunal contra a greve, a resposta apresentada pelas direções era sempre a mesma: entrar com liminares, mandados, recursos, etc., junto ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) ou STF (Supremo Tribunal Federal). Ou seja, durante toda a greve procuraram substituir os métodos de recrudescimento da luta (ações

massivas e coletivas), que caracterizaram o ponto forte da greve, pelas ações judiciais. Na verdade, a ilusão na possibilidade de que um desfecho da greve favorável aos trabalhadores poderia vir através do julgamento de alguma das várias ações impetradas pelas associações acabou se tornando uma arma do tribunal contra o movimento, a exemplo do dissídio, que foi usado para enquadrar o movimento na lei anti-greve do governo Lula, com a exigência de que 60% da categoria deveria estar trabalhando e apenas 40% permanecer em greve sob as ameaças de julgar a greve abusiva, multas e demissões. Desta forma, durante toda a greve, as direções procuraram desviar o movimento para as ilusões parlamentares (CPI, audiência pública na A.L. em Brasília etc.) e transformar as assembléias em verdadeiros palanques eleitorais para os deputados que se diziam apoiadores do movimento. Até mesmo candidatos ao governo do estado e à presidência compareceram para fazer demagogia dizendo que estavam do lado dos trabalhadores. **3 – falta de um comando de greve unificado:** a greve demonstrou que existe entre os trabalhadores uma grande desconfiança em relação a essa política levada a cabo pelos dirigentes das principais associações, em especial as da capital. Basta ver que antes mesmo de iniciar a greve, as associações deliberaram que o comando de greve seriam os próprios representantes das associações e que os trabalhadores da base deveriam formar apenas um “conselho de representantes de base”, que não tinha nenhuma função deliberativa, mas apenas a de “aconselhar” as entidades durante a greve. Em função da falta de um comando de greve de fato, formado por todos os grevistas dispostos a trabalhar pela organização e pelo fortalecimento da greve, a adesão foi bem menor que nas greves anteriores. Sem contar que a maioria dos dirigentes das associações fizeram “corpo mole” durante toda a greve, apesar da longa duração da greve. Na capital, por exemplo, os dirigentes sequer compareciam nos prédios, sendo que muitos diretores de associações, além de estarem furando a greve, ainda faziam um trabalho de sabotagem, espalhando aos quatro cantos que “a greve não ia dar em nada” **4 – o divisionismo da categoria materializado pela existência de dezenas de associações:** mais uma vez os trabalhadores saíram em luta por suas reivindicações tendo como direção os representantes das inúmeras associações que foram fundadas na categoria nas duas últimas décadas. Do ponto de vista da organização sindical e das lutas, a existência dessas associações se tornou um entrave e decorre da falta de um organismo sindical único e representativo. Este problema ainda está por ser resolvido pelo conjunto dos trabalhadores e essa situação tem favorecido aos interesses do tribunal/governo, que não encontram grandes resistências à implementação das medidas de ataques aos trabalhadores. Contraditoriamente, ao longo dos últimos dez anos, a categoria já protagonizou três longas greves (2001, 2004 e 2010) revelando a assimilação por parte dos trabalhadores de que a greve é único método que pode obrigar o tribunal a atender as reivindicações e que sem mobilização não há negociação, que a greve é o momento mais agudo da luta de classes e que não passa de uma farsa a idéia de resolver pelas negociações de gabinete e permanentes. Aos poucos, estão assimilando que as vitórias futuras dependem, em grande medida, das lições tiradas das lutas já travadas e da reso-

lução coletiva dos problemas apresentados pelo movimento. 5 – **falta da formação de um grupo de oposição em detrimento da política das associações:** Dentre os vários problemas apresentados pelo movimento, destaca-se a falta de uma oposição organizada à política das associações. Em função de que as associações passaram a se reunir a portas fechadas para deliberar os rumos da greve, os grevistas procuraram se reunir em torno do chamado “conselho de representantes de base” e tirar algumas propostas para serem submetidas ao crivo das entidades,

mas que eram simplesmente ignoradas. Além da falta de representatividade, o conselho funcionava como uma espécie de freio à formação de um verdadeiro comando de greve que poderia atuar em oposição as associações, disputando a direção da greve. A não superação dessas direções pelegas e traidoras por uma direção de luta, comprometida com os interesses dos trabalhadores, assentada em um programa proletário de combate à exploração patronal continua sendo uma questão a ser resolvida pelo conjunto da categoria.

Campanha salarial dos metalúrgicos expôs a grave divisão

Situação favorável para a luta grevista

A campanha salarial deste ano prometia luta e conquista. As indústrias do setor venderam como nunca e lucraram muitíssimo. Os salários estavam rebaixados devido à flexibilização do trabalho e aos péssimos acordos em dissídios dos últimos anos. A alta produtividade permitiu que os empresários, principalmente das multinacionais, obtivessem um extraordinário lucro. Os subsídios fiscais (isenção de impostos) dados pelo governo Lula durante a crise – e mesmo depois da volta do crescimento da economia – contribuíram para os capitalistas acumularem muita riqueza.

O ramo de veículos e peças teve a segunda maior lucratividade entre os setores que mais lucraram, alcançando 20,1% de rentabilidade em relação ao seu patrimônio líquido. Em primeiro lugar, está o setor de transporte e serviço com 20,9% (o maior ganho é das empresas de pedágios). A siderurgia e metalurgia alcançaram 12,9%. Trata-se de taxas excepcionais, que vêm ocorrendo desde 2003. O que indica rios de dinheiro acumulados graças à brutal exploração do trabalho. A burguesia está rindo com os resultados.

Nas condições de venda em alta e de grandes lucros, a classe operária encontrou situação favorável para arrancar do patronato aumento real de salário e outras reivindicações. A questão é: os sindicatos aproveitaram para impor as reivindicações dos trabalhadores?

Sindicato Patronal jogou com a campanha salarial dos metalúrgicos

No dia 13 de setembro, a nova central sindical (Central Sindical e Popular-Conlutas) e a Força Sindical aceitaram o acordo de reajuste de 9%, portanto um aumento real de 4,52%. Cerca de 100 mil operários terão seus salários aumentados, abarcando grandes empresas como a GM de São José dos Campos e de São Caetano do Sul. Inúmeras assembleias em porta de fábrica foram realizadas e a assembleia geral ameaçou decretar a greve. Mas o presidente do Sindicato de São José dos Campos, Vivaldo Moreira Araújo, avaliou que com os 9% se obtinha um bom acordo. Assim, a greve foi evitada. Bastou uma ameaça e uma resposta de aumento de 4,52% acima de uma inflação calculada em 4,29% (INPC) e um abono salarial de R\$ 2.200,00.

No ABC, o sindicato metalúrgico da CUT também fechou acordos com setores de autopeças, fundição e trefilação etc. na base dos 9%. Com as montadoras, a conversa foi outra. A proposta de 7% foi rejeitada e a assembleia geral do dia 11 decretou estado de greve dando 48 horas para o sindicato patronal

melhorar o índice. As renegociações, no entanto, foram abertas no dia 15. Três dias depois, a assembleia rejeitava o índice de 10,81% porque somente 9% seriam retroativos a 1º de setembro e 1,66% seriam pagos em agosto de 2011. O abono de R\$ 2.200,00, por sua vez, seria dividido em duas parcelas. Nova ameaça de greve foi feita. No dia 19, o acordo estava selado. As montadoras aceitaram pagar de uma só vez.

Os metalúrgicos da Mercedes-Benz de Campinas e da Toyota de Indaiatuba não aceitaram 10,5% e decretaram a greve por 13,8%. A sua direção, a Intersindical, estava propensa em aceitar a proposta, mas encontrou resistência da assembleia, que se radicalizou em favor de um aumento maior e na defesa da redução da jornada para 36 horas semanais, sem redução dos salários. Na assembleia do dia 20, a assembleia manteve a paralisação.

O descontentamento dos metalúrgicos da Volvo e da Renault/Nissan em Curitiba (Paraná) também é grande, reivindicavam 12% de aumento, 15% de reajuste do piso salarial e 50% no abono. Os operários da Volvo, no dia 17, decidiram por uma greve de 48 horas, exigindo um vale-mercado de R\$ 300,00, em lugar dos R\$ 90,00 oferecidos pela multinacional. A empresa acabou aceitando a contraproposta de índice salarial de 10% e R\$ 4.200,00 de abono. Mesmo assim os operários mantiveram a greve pelo reajuste do vale-mercado que estava congelado fazia muito tempo. A multinacional acabou cedendo e no dia 20 a assembleia encerrou a greve. É um exemplo de que os trabalhadores somente conquistarão as reivindicações com seu principal instrumento coletivo de luta: a greve, que deve estar baseada na assembleia geral e nos comitês de base.

Está claro que faltaram unidade e organização para uma greve geral metalúrgica. Assim, os capitalistas puderam manobrar em cada situação. As conquistas gerais da classe operária são as mais importantes, uma vez que não são tão-somente salariais mas também políticas.

Divisionismo e corporativismo sindical prejudicam a campanha salarial

O acordo de 9% com a GM em São José dos Campos parecia ser o máximo que as multinacionais admitiriam. Mas ficou abaixo dos 10,81% das montadoras do ABC. No final das contas, foi o pior índice de todos os acordos.

Um fato chamou a atenção: desta vez, as negociações do sindicato metalúrgico do ABC começaram por fechar acordo com os fornecedores (autopeças etc.), obtendo 9%. As montadoras ficaram para o final. Aguardaram-se as negociações de

São José dos Campos, que balizaram os 9%.

Em seguida, ficou evidente que as multinacionais estavam predispostas a chegar próximo aos 11%, tamanho têm sido os lucros nos últimos anos.

No ABC, os acordos de flexibilização que impuseram perdas salariais, como no caso da Volkswagen, permitiram agora maior margem de manobra nas negociações. Já em São José a GM não conseguiu implantar a flexibilização, graças à resistência feita pelo sindicato. No entanto, acaba de levar vantagem em quase 2%. Por outro lado, a CUT é ligada ao governo de Lula que presenteou as multinacionais com a isenção de impostos por mais de um ano.

Mas há ainda um agravante: o sindicato de São José está vinculado à nova central que surgiu de uma cisão com a CUT. A Força Sindical tanto pode se unir com a Central Sindical e Popular-Conlutas como com a CUT. Obteve as vantagens e as desvantagens nos vários acordos.

Os metalúrgicos constituem uma camada avançada da classe operária no Brasil, mas se acham divididos pelas direções sindicais, tanto dos sindicatos como das centrais. A campanha salarial mostrou os prejuízos que trazem a divisão e o corporativismo. Isso ocorre no interior da própria base do sindicato metalúrgico de uma região.

O que explica o fato dos operários das autopeças, estamparias, trefilarias etc receberem apenas 9% e os das montadoras 10,81%? O custo de vida e o conjunto de necessidades são os mesmos. A idéia de pedir mais para as empresas maiores é uma diferenciação que ajuda tanto os capitalistas maiores quanto os menores. Quem perde é o assalariado, cada vez mais acossado pela exploração e pelo empobrecimento. Além do mais, as grandes fornecedoras que dominam o setor de autopeças são também poderosas e tiram o couro dos metalúrgicos.

10,81% para a Mercedes Benz, Ford, Volks são mixaria diante de suas altas lucratividades. Mas seria um importante passo se fossem conquistados para todos os metalúrgicos por meio de uma greve unitária. E seria uma conquista ainda maior se na luta comum se constituíssem organizações de base, como comitês de greve, comissões de fábrica independentes e comandos unificados.

Superar o divisionismo e o corporativismo – elevar a unidade dos explorados

Está claro que a campanha salarial isolada por região e por estado enfraquece a capacidade coletiva de luta dos metalúrgicos e de qualquer outra categoria que forma a classe operária. Também está claro que a separação dos metalúrgicos por grupo favorece a classe capitalista. Uma vez que são vários sindicatos e centrais envolvidos na campanha salarial, é necessário constituir uma frente única sindical, sustentada pela democracia operária (decisão coletiva pelas assembleias, comitês de base, comando unificado etc).

Não há porque os sindicatos não unificarem a pauta de reivindicação e organizarem um movimento comum para impor aos exploradores as exigências. Se não se unifica não é porque a classe operária não necessita ou porque não quer. Sem dúvida, necessita de todas as forças para combater a exploração, o desemprego e a pobreza.

Qual é então o segredo da campanha salarial metalúrgica

ser conduzida separadamente? Resposta: a divisão é produzida pelas direções sindicais. Trata-se de uma política divisionista e corporativista. Se fossem direções classistas, lutariam pela constituição da frente única sindical, de forma a comparecer com total força coletiva frente aos capitalistas muito bem unificados e centralizados por suas organizações empresariais.

Os metalúrgicos não devem aceitar aquela direção que se vangloria de fazer o melhor acordo. Devem prestar atenção naqueles que reconhecem que unificados os metalúrgicos teriam mais força para arrancar as reivindicações para o conjunto dos operários. No chão de fábrica nascerá uma nova direção da classe operária, desde que se tirem as lições das lutas, se combatam o divisionismo e se politizem coletivamente.

Não se limitar à data base e à campanha salarial

Os índices de 9% e 10,81% serão corroídos durante o ano. A previsão inflacionária para 2010 é 5,25%. Não se pode cantar vitória sem luta! A situação econômica tende a se deteriorar. A febre consumista do carro financiado está chegando ao limite. O endividamento da população é gigantesco. Nada indica que a economia mundial recuperará os patamares anteriores de crescimento. Pelo contrário, a potências estão atoladas na crise de superprodução. O crescimento de países como a China, Brasil etc. esbarrará na estagnação e recessão presentes na economia mundial.

É preciso não se iludir com a propaganda governamental de que a miséria e a pobreza estão sendo vencidas no Brasil. É preciso não se deixar enganar que as altas taxas de desempregos são coisa do passado. Milhões estão desempregados ou subempregados. Milhões passam fome. O capitalismo atravessa uma nova etapa de desintegração. Tudo indica a mais profunda desde a 2ª Guerra Mundial. A luta diária dos explorados é necessária.

Não há outro caminho senão trabalhar dia a dia por organizar a classe operária e os demais oprimidos em luta contra a exploração e o capitalismo. Devemos ligar as reivindicações mais urgentes da maioria com a luta pela conquista do poder pela classe operária e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.

Os sindicalistas que defendem a melhoria do capitalismo mentem e mantêm a classe operária submetida à política patronal. Há reivindicações urgentes, como eliminar o desemprego e subemprego, acabar com a miséria e a fome. Lutemos pela implantação da escala móvel das horas de trabalho, dividindo as horas nacionais utilizadas na produção entre todos aptos ao trabalho; por um salário mínimo que de fato assegure a existência da família operária, corrigido pela escala móvel de reajuste de acordo com a inflação; fim do trabalho terceirizado etc. Trabalhem por construir o Partido Operário Revolucionário.

É preciso defender:

1. Campanhas salariais unificadas;
2. Pauta de reivindicação unificada;
3. Frente Única Sindical;
4. Democracia coletiva das assembleias;
5. Organização pela base (comitês de greve, comandos de luta);
6. Preparação da greve unificada.

Viva a campanha salarial!

Vivas as conquistas com luta!

Viva a organização unificada da classe operária!

70 anos sem León Trotsky

Neste 21 de agosto passado, a militância da esquerda revolucionária, lembrou os 70 anos da morte de León Trotsky, líder da Revolução Russa de 1917, ao lado de Lênin, e teórico original do marxismo. Trotsky foi assassinado em 1940, em seu exílio no México. As circunstâncias de sua morte e a própria confissão do assassino, Ramon Mercader, não deixaram dúvidas quanto ao mandante do crime: Josef Stalin. O seu desaparecimento era uma exigência da burocracia estalinista da URSS, e, por cima desta, do imperialismo, para fazer calar a voz mais lúcida da vanguarda proletária que continuava, sob dificuldades inauditas, a obra de Marx e de Lênin.

Aproveitamos a ocasião de sua morte para salientar seus aportes fundamentais ao marxismo e ressaltar a sua abnegada devoção à causa da revolução proletária. As jovens gerações de revolucionários não poderão levar a termo a destruição do regime burguês e a edificação da sociedade sem classes sem a mais profunda compreensão do pensamento, dos métodos e militância empreendidos por León Trotsky, que sintetizam as tarefas do movimento operário em nossa época de decadência e agonia mortal do capitalismo.

Lev Davidovitch Bronstein, que nasceu na atual Ucrânia a 25 de outubro de 1879, destacou-se cedo como organizador da União dos Operários do Sul da Rússia, sendo logo em seguida preso, em 1898, pelo reacionário governo czarista e deportado para cumprir pena na Sibéria. Fugiu para o exílio ao encontro dos líderes do movimento clandestino russo, que a esta altura gravitavam em torno do jornal Iskra e preparavam a unificação dos social-democratas no II Congresso do POSDR. Em seguida, sobreveio a cisão do partido em bolcheviques e mencheviques e o primeiro teste de fogo com a revolução russa de 1905. Trotsky desempenhou nesta um papel de destaque como presidente do Soviet de Petrogrado. Findado o grande 'ensaio geral' da revolução, como Lênin a definirá mais tarde, Trotsky pode escrever no seu Balanço e Perspectivas: "O regime proletário, desde o princípio, haverá de enfrentar-se com a solução do problema agrário, com a qual está ligado o destino de grandes massas da população russa. O proletariado ao solucionar este problema – como também todos os demais – se guiará pelo caminho mais importante de sua política econômica, a saber, apoderar-se no mais amplo sentido possível, para a organização da economia socialista". Temos, assim, o nascimento da teoria da revolução permanente.

A guerra em 1914, seguida da traição dos partidos da II Internacional, que passaram-se para o lado do chauvinismo burguês, levou Trotsky a estreitar seus vínculos com os bolcheviques nas conferências de Kiental e Zimmerwald. As contradições econômicas aguçadas pela Guerra fizeram da Revolução de Fevereiro de 1917, a primeira de uma série de revoluções que eclodiriam, em grande parte da Europa, como reação aos horrores e calamidades introduzidas pelo conflito bélico. O



retorno dos emigrados e as tarefas urgentes reclamadas pela nova realidade puseram Lênin e Trotsky em comunidade de idéias. A Rússia era então uma república com soviets por todos os lados, massas de operários armados em Petrogrado, milhões de camponeses impacientes pela terra e pela paz, e um governo provisório laicaio das potências da Entente, sustentado pela coalização de esseristas, menchevistas e kadetes.

Chegando do exílio à Petrogrado, no início de maio de 1917, Trotsky pode acompanhar os últimos lampejos da batalha travada entre Lênin e os seus 'discípulos' velhos bolcheviques, Kamenev e Rikov pela mudança da linha política do partido. Vladimir Ilitch havia escrito suas Teses de abril, acolhidas como trostkistas, onde indicava a tarefa de preparar a derrubada do governo de coalizão e a tomada do poder pelos bolchevistas (Ditadura do proletariado). Nas Cartas sobre a tática, argumentado contra Kamenev, Lênin rechaçou a estratégia da ditadura democrática do proletariado e do campesinato e adotou o ponto de vista de que entre a ditadura burguesa e a proletária não poderia haver nenhuma forma governamental transitória. Não foram poucos os que insinuaram a conversão de Lênin à 'absurda idéia' formulada por Trotsky havia treze anos. Ante tal insistência, disse Lev Davidovitch: "Fui forçado a demonstrar que Lênin não 'adotara' meu ponto de vista, que ele havia simplesmente desenvolvido o dele próprio e que, no curso dos acontecimentos, a sua fórmula algébrica se simplificava em aritmética, e a identidade de nossas idéias se manifestava". Segundo Joffe, em carta escrita pouco antes de seu suicídio, Lênin confidenciou-lhe o acerto de Trotsky nesta questão desde 1905. O pragmático líder bolchevique, fiel a seu próprio método, esperava que a realidade confirmasse ou rejeitasse suas fórmulas, o que veio ocorrer, finalmente, em Fevereiro de 1917. Trotsky, por sua vez, guiando-se pela experiência de 1905, pela lógica intrínseca à mecânica das classes em conflito e pela história das lutas camponesas desde o séc. XVII chegou bem mais cedo a este mesmo resultado.

Ainda em vida, pôde Trotsky evidenciar a brilhante confir-



Trotsky no exílio no México



Trotsky em 1919

mação da Teoria da Revolução Permanente. O que ocorreu a partir das experiências da Revolução de Outubro de 1917 e da fracassada Revolução chinesa de 1925-27. A Teoria da Revolução Permanente revelou as leis da revolução nos países atrasados na época do imperialismo e foi capaz de prever a chegada ao poder pelo proletariado dos países semicoloniais antes mesmo de seus congêneres nos países avançados (como costumava interpretar a social-democracia, aferrada dogmaticamente a alguns preceitos de Marx). Igualmente assinalou que apenas sob a ditadura proletária as tarefas democráticas pendentes (entrelaçadas às socialistas) encontrariam plena realização. A vitória do proletariado nas fronteiras de um país atrasado - dizia a teoria - em razão de sua estreita dependência do mercado mundial, a projetar internacionalmente a revolução, uma vez que, apenas no quadro da economia planetária (totalidade dotada de dinâmica própria e engendrada pelo desenvolvimento do capital), pode completar o desenvolvimento pleno de suas forças produtivas e criar as bases para a sociedade comunista.

Mesmo depois da morte de seu autor, a Teoria da Revolução Permanente continuou a ser condenada e repelida como uma heresia antileninista. Foi considerada definitivamente enterrada pelas sùmulas estalinistas e amaldiçoada em todos os congressos da burocracia, mas continuou a pairar sobre as cabeças à guisa de um pesadelo e atormentar incessantemente as direções pequeno burguesas, estalinistas e reformistas nos países atrasados. Afinal, nem em Cuba, China, Vietnã ou Iugoslávia, países em que a revolução social triunfou, encontrou-se outra forma para solucionar as tarefas democráticas senão por meio da expropriação da burguesia, muito embora o poder fosse usurpado pela casta burocrática e parasitária do PC's. (ditadura burocrática do proletariado). Um século depois do aparecimento de seus primeiros esboços a Teoria da Revolução Permanente, ao contrário da tese estalinista da revolução por etapas, confirmou-se em toda linha e credenciou-se como a única teoria válida para a revolução em nosso tempo.

Mas, para além de sua contribuição teórica ao marxismo, Trotsky foi também um

homem de ação. Poucos revolucionários conseguiram soldar tão estreitamente a teoria e prática como ele. Sua atuação nos momentos decisivos da Revolução e da guerra civil, conferiram-lhe a estatura de um gigante do mesmo patamar de Lênin, Marx e Engels. Orador de primeira grandeza, hábil estrategista militar, chefe político talentoso, Presidente do Soviete de Petrogrado e do Comitê Militar Revolucionário, fundador do Exército Vermelho e co-fundador, ao lado de Lênin, da III Internacional, Trotsky, o homem que na madrugada fria de 7 de novembro comandou o assalto ao poder em Petrogrado, era dotado de extraordinária e inesgotável capacidade militante. A revolução talha seus homens na fornalha mais ardente, na tensão mais aguda e insuportável da guerra de classes. Exige que as grandes personalidades se ponham tarefas impensáveis e se elevem à altura das colossais exigências que o movimento histórico lhes impõe. León Trotsky emergiu de corpo inteiro na Revolução de Outubro em sua promoção, defesa e consolidação. Sua incansável atividade política e militante encontra aí o seu cimo e empalidece o seu mais conhecido equívoco: a incompreensão, até 1917, da teoria e organização leninista da vanguarda, (o partido de quadros, disciplinado e de militância profissional).

Na luta de morte travada contra a burocratização do partido e do estado soviético, Trotsky liderou a Oposição de Esquerda contra a fração estalinista e zinovievista. Os bolcheviques à frente do estado russo sofriam a pressão do aparato, do isolamento internacional, da desagregação econômica e da guerra civil, que esvaziou os soviets e levou à exaustão o movimento de massas. A Revolução recuava e, com a morte de Lênin, a burocracia abriu fogo contra a tradição marxista russa. O internacionalismo foi substituído pela colaboração de classe com a burguesia internacional, os verdadeiros bolcheviques perseguidos, deportados e depois fuzilados, a democracia partidária substituída pelo culto da infalibilidade do grande líder, a história da revolução reescrita de alto a baixo e dela eliminados as personagens indesejáveis. Carece de propósito especu-



Trotsky, organizador e comandante do Exército Vermelho

lar sobre se os erros cometidos por Trotsky neste período, uma vez evitados, retardariam em maior ou menor grau a marcha do apodrecimento do Partido Comunista Russo, se e em que medida a saúde de Lênin teria contribuído para frear o ímpeto da burocracia etc. O essencial consiste em que o trotskismo cumpriu com seu dever revolucionário (pagou, aliás, um alto preço por empunhar a bandeira do internacionalismo e da defesa do primeiro estado operário do planeta). O período posterior, de derrota momentânea dos revolucionários, foi, entretanto o período de esplendor da elaboração de Trotsky. O exílio na Turquia, e em outros países, depois de sua expulsão das fronteiras da URSS, possibilitou-lhe lançar uma luz definitiva sobre os confusos acontecimentos no antigo Império dos czares, tais como: a anatomia da burocracia (casta parasitária e termidoriana e de forma alguma uma nova classe social); a natureza

da URSS (um estado operário burocratizado e transitório entre o regime burguês e o socialismo, e de forma alguma um 'capitalismo de estado'); e a tarefa de defesa das bases econômicas do estado operário (coletivização, nacionalização dos bancos, monopólio do comércio exterior, indústria estatizada) aliada com a tarefa da revolução política (necessidade de extirpar do estado a burocracia estalinista contra-revolucionária, regenerar a democracia proletária e reconduzir a URSS ao caminho do socialismo).

Com Trotsky, o marxismo revolucionário, pode ganhar em grandeza e profundidade porque o autor da Revolução Traída aplicou, como poucos, o método de Marx aos problemas de sua época. Debruçou-se sobre problemas candentes do século XX desconhecidos, pelo menos em suas grandes manifestações, por Marx, Engels ou Lênin, tais como a questão do que é um estado operário burocratizado, qual sua perspectiva e a posição dos revolucionários frente a estes; a questão do Nazifascismo (uma das últimas cartadas da burguesia para salvar seu regime), a questão das Frentes Populares; da estatização dos sindicatos da época do imperialismo, do programa de reivindicações transitórias que supera a velha dicotomia entre programa mínimo e máximo etc. Todas estas questões se vinculam, todavia, a um tema central a que Trotsky se dedicará nos últimos anos de sua vida: o problema da crise de direção revolucionária. Trotsky compreendia, mais do que ninguém, a profundidade da bancarrota para a qual se dirigia o movimento operário internacional, a indescritível confusão teórica das mais variadas organizações políticas, sua prostração à direita ou à esquerda, seu incurável centrismo, a escandalosa falsificação do marxismo pela contra-revolucionária Cominter, a traição descarada de socialistas reformistas, trabalhistas, anarquistas etc, no momento histórico de maior instabilidade, quando a grande depressão atingia seu auge e preparação para a II Guerra marchava a todo vapor.

Como produto de seu titânico esforço, e o dos poucos militantes da antiga Oposição de Esquerda internacional, veio a lume, na véspera da grande guerra, a IV Internacional. Trotsky batalhara, desde a ascensão de Hitler na Alemanha, para a reorganização da vanguarda numa nova Internacional. Durante todo o período de seu terceiro e último exílio dedicou-se, com todas as forças, a formar a jovem vanguarda no marxismo revolucionário, isto é, na tradição do bolchevismo. Chegou a registrar em seus papéis que a tarefa de erguer a IV Internacional havia se transformado na mais importante tarefa de sua vida. Mais importante até que todo seu trabalho na obra da Revolução Russa e da guerra civil. Esta observação não era sem propósito. Trotsky estava embebido da profunda compreensão do perigo que representava o colapso das II e III Internacionais e sua passagem para o lado da burguesia e o imperialismo. Nunca, em nenhum período histórico anterior, o movimento operário havia entrado em contradição tão acentuada consigo mesmo, isto é, com suas próprias organizações sindicais e políticas. Nunca estas se haviam transformado em obstáculos tão formidáveis e intransponíveis à luta da própria classe operária. Em sua época, Marx e Engels depararam-se com a dispersão e a atomização própria do nascimento do proletariado. Lutavam contra um turbilhão de idéias confusas e seitas utópicas, ao mesmo tempo em que empreendiam a tarefa de organizar os



trabalhadores, mas não tiveram de enfrentar-se com poderosas organizações de base operária, reformistas ou francamente contra-revolucionárias, a exemplo do stalinismo. A traição dos partidos social-democratas, tempos depois, apoiando a Guerra Imperialista de 1914-1918 e votando os créditos de guerra junto com suas respectivas burguesias nacionais, deixou num isolamento terrível os verdadeiros revolucionários internacionalistas. Mas tal isolamento teve curta duração. O triunfo da Revolução de Outubro e a formação da III Internacional sob a direção de Lênin, logo pôs fim à crise de direção aberta com a falência da II Internacional, estruturando um poderoso partido mundial da revolução. A degeneração burocrática da III Internacional a partir do isolamento da revolução russa e da derrota da oposição de esquerda trotskista em fins da década de 1920, inaugurou, porém, toda uma nova era absolutamente imprevista e inesperada de traições inauditas, de prostituição do marxismo e do leninismo, de colaboração com a burguesia imperialista, de abandono do internacionalismo proletário, de perseguição implacável aos verdadeiros bolcheviques-leninistas que lançou o proletariado na mais profunda e duradoura crise de direção que o movimento operário conheceu, e que não pôde ser superada até hoje, início do século XXI.

O mérito indiscutível de León Trotsky, neste período, foi o de ter travado uma batalha sem quartel contra as onipotentes máquinas burocráticas do stalinismo e da social-democracia, valendo-se unicamente de seus escritos: boletins, livros e artigo em jornais, para defender o bolchevismo e a honra dos revolucionários organizados na oposição de esquerda e perseguidos no mundo inteiro. Enfermo, isolado, tendo de refugiar-se em diferentes países, julgado e condenado à revelia pelos tribunais soviéticos que o acusavam caluniosamente de agente de Hitler e do Mikado, impôs-se a tarefa, que muito provavelmente não poderia ter sido realizada com êxito por mais ninguém, de aglutinar em torno de si o que sobrava da vanguarda revolucionária para fundar a IV Internacional. Trotsky não viveu o suficiente para presenciar o acerto de grande parte dos prognósticos do programa da IV Internacional (as revoluções proletárias no pós guerra, o colapso dos estados operários, o afundamento do stalinismo etc) assim como presenciar a crise da IV impulsionada pelos revisionistas pablistas-mandelistas. Nestes 70 anos de morte de León Trotsky, saudamos a memória deste guia e mestre do proletariado internacional, extraindo a lição de assimilar o marxismo-leninismo-trotskyismo e de reconstruir o Partido Mundial da Revolução.

Viva León Trotsky!

Viva a Revolução Socialista Internacional!

Nesta edição:

- Argentina: é possível que as luta triunfem?
- Castro abre o caminho para uma acelerada direitização na Ilha
- “Atualização” do modelo cubano?

Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina: é possível que as luta triunfem?

Análise da situação econômica, política e social da Argentina com foco no conflito da Paraná Metal

Pelo CC do POR argentino

A heróica luta dos metalúrgicos villenses em defesa de sua fonte de trabalho foi rodeada de solidariedade e simpatia. Melhor apoio ainda foi que diversos setores tenham retomado medidas de força por aumento de salários, contra a precariedade trabalhista e pelos 82% móvel para os aposentados. É o caso dos profissionais da saúde da província nucleados em SIPRUS, os docentes universitários, AMSAFE e ATE Rosário. Estes movimentos (com distintos graus de desenvolvimento e modalidades de luta) têm como eixo comum a **reabertura da negociação paritária**, que os diferentes Governos fecharam pretendendo sancionar como inevitável a queda do salário real.

Só a luta pode conseguir dobrar o governo, como o fizeram os profissionais da saúde nucleados em SIPRUS de Santa Fé, arrancando com suas medidas de força a reabertura das paritárias.

A burocracia sindical, tanto a CGT de Moyano como a CTA de Yasky e De Genaro, formam parte desta política reacionária, pró-burguesa e anti-operária. Têm como denominador comum ter firmado os mesmos convênios abaixo do crescimento inflacionário.

Quando se colocam à frente de uma luta (bloqueios às siderúrgicas, paralisação do próximo dia 15 da CTA em apoio à Paraná Metal), se trata do necessário acomodamento frente à pressão de um conflito, e não de uma política que conceba acionar como um plano de luta de conjunto.

Da mesma forma, vem da juventude estudantil da Capital Federal uma rajada de ar fresco: a partir do direito a estudar em condições dignas, os secundaristas e universitários voltaram a por em prática os métodos de ação direta (mobilizações, ocupação das instituições, bloqueio de ruas).

Todas estas diversas manifestações de resistência à lógica antipopular do capitalismo como sistema têm, entretanto, um denominador comum: **o Estado, sob as mais diversas variantes políticas de Governo, não só não resolveu as reivindicações mais elementares, mas se revelou como PATRONAL. Neste ponto, Macri em Buenos Aires, Binner em Santa Fé ou Cristina Kirchner em nível nacional, NÃO RESOLVEM OS PROBLEMAS COLOCADOS.** Tratam de tirar vantagem de seu rival político ali onde não governam, mas aplicam a mesma lógica capitalista ali onde o fazem.

Quando a luta se polariza, mostram também sua face repressiva. O governo de Macri tentou estigmatizar em termos macartistas o movimento estudantil; o Governo de Schiaretti (Córdoba) desfechou todo um arsenal repressivo e intimidatório contra os profissionais da saúde em greve, e a própria ministra de Educação “socialista” de Binner, Elida Rassino, ameaçou descontar o dia dos professores de AMSAFE de Rosário por sua jornada de mobilização.

Esta miséria política de quem governa se faz no contexto de um **desenvolvimento da riqueza capitalista**. A Presidente Cristina não se cansa de informar sobre o crescimento incessante dos diversos indicadores da bonan-

ça burguesa. Apesar da fenomenal evasão e corrupção inerente ao sistema, aumentam os recursos no caixa do Estado. No caso de Santa Fé, a arrecadação fiscal cresceu 47,5% por impostos próprios. A isso é preciso acrescentar também um crescimento por transferências de recursos nacionais. **No total, em agosto de 2010, ingressaram 1.236 milhões de pesos, 36,8% mais que em igual período de 2009.**

No entanto, tamanha riqueza não está destinada ao bolso dos que a produzem: os trabalhadores.

Pelo contrário, o Estado utiliza estes recursos para financiar a crise capitalista. Como prova um ponto: em 2003, o gasto público do Estado argentino representava 35% do PBI. Em 2010, já alcança 45%. Ou seja, o Estado nacional sumou ao gasto público outros 40 bilhões de dólares para subsidiar as empresas multinacionais, os novos planos sociais, e evidentemente, pagar religiosamente os compromissos financeiros com o clube de Paris e o FMI.

Desta maneira, enquanto os trabalhadores são obrigados a apertar seus cintos, tanto a burguesia nacional como a do capital estrangeiro estão encantadas com a política do Governo “nacional e popular” dos Kirchner, assim como dos “progressistas” que governam Santa Fé.

Paraná Metal

Mas a reativação econômica capitalista não nega a crise global, o reacomodamento empresarial, e inclusive, a pugna interburguesa. Esta se aprofundou sob o Governo de Cristina, atingindo um ponto culminante quando a burguesia da soja conseguiu impor a derrota da 125, e mais tarde, dar base social à derrota política do Governo nas últimas eleições parlamentares. A cena política está dominada por esta pugna. As duas grandes frações tratam de conquistar a opinião pública e seus próprios explorados para sua política. **É por isso que a estratégia de construção da independência política da classe operária é fundamental, e deve ser a pedra angular sobre a que se instrumente qualquer tática conjuntural.**

O caso da autopeças de Villa Constitución é uma consequência do exposto: a partir do ponto de vista do negócio capitalista, **NÃO É UMA EMPRESA VIÁVEL.** Com a patronal anterior, ou com o kirchnerista López, ou com quem venha a posar de “comprador”, os trabalhadores estão condenados a uma extorsão permanente no estado de agonia terminal. Já aconteceu com a rosarina Mahle. É preciso aprender da história tão recente.

As multinacionais da indústria automotiva se impõem sobre as autopeças, e é por isso que é impossível pensar uma “solução” sem tocar seriamente em seus interesses.

Desde o primeiro momento do conflito, quase dois anos atrás, nossa organização colocou com toda clareza a necessidade de **estatizar a empresa, ex-**

propriando-a, sem indenização alguma para com os patrões inadimplentes. Esta medida devia ser acompanhada do **controle operário coletivo**, ou seja, que o Estado, único capaz de colocar dinheiro e os vínculos comerciais para garantir a produção e a circulação dos blocos de motores, se subordinará às necessidades dos trabalhadores, impondo às automobilísticas a compra argentina da Paraná Metal.

A divisão das horas de trabalho sem afetar o salário só pode ser viável sob este esquema.

Muitos companheiros perguntavam diante desta colocação: mas é justo que com o dinheiro de todos os argentinos sustentemos uma empresa em quebra? Não haveria que se fazer então com todas as empresas, grandes ou pequenas, que passam pela mesma situação?

Na verdade, que um Governo declaradamente burguês tome uma medida deste tipo só se explicaria pela magnitude da luta, pela pressão da situação. É óbvio que em mãos de Cristina ou de Binner, uma estatização é concebida como uma medida transitória para re-privatizar depois. **Assim o têm declarado e inclusive executado toda vez que se viram obrigados a esta medida, para eles, extrema.**

Mas se esse é o ângulo dos governos patronais, para os trabalhadores em luta, a estatização de toda empresa que suspenda o fecho pode ser um alívio transitório, mas deve ser concebido como um **degrau** para ir além, para questionar o próprio funcionamento do mercado, avançando em uma perspectiva **socialista** da economia.

Por exemplo, é impensável Paraná Metal estatizada sem avançar sobre os privilégios e subsídios que gozam as multinacionais automobilísticas. Impor-lhes uma compra da produção da empresa estatizada não é o socialismo, mas um passo de intervencionismo estatal que recorta a impunidade com que operam General Motors, Ford, ou quem seja.

Os operários metalúrgicos da Paraná Metal vêm desenvolvendo um heróico plano de luta. Em Assembleia, rechaçaram a oferta escravista da Empresa, o Governo, e a burocracia nacional da UOM encarnada em Naldo Brunelli.

Derrotaram provisoriamente um operativo para que abaissem a cabeça, de que tomaram parte não só a burocracia sindical, mas os partidos e governos patronais, e a própria cúpula da Igreja Católica.

No entanto, o movimento de luta não está orientado por uma estratégia de independência de classe, mas por buscar a possível viabilidade de novas colocações de colaboração de classes, de um “novo empresário”, ou então de uma cooperativa operária, formada com os despojos da Paraná Metal, inviável pelas condições da produção e do mercado. É por isso que não agregam ao correto rechaço das inaceitáveis propostas do Ministério do Trabalho uma definição programática clara a favor da **ESTATIZAÇÃO SOB CONTROLE OPERÁRIO COLETIVO**.

A condução da UOM Villa Constituição, a quem ninguém pode acusar de que não luta ou que não convoca assembleias, tem responsabilidade polí-

tica em relação a esta falta de independência de classe do movimento. Uma direção não pode se limitar a ser “a voz honesta dos companheiros”. Tem que atuar sobre o atraso, os preconceitos, o conformismo, e em especial, sobre a falsa consciência da classe operária, sobre o senso comum que não se pode colocar nada que o capitalismo e seus governos não contemplem. Porque se assim fosse, nem sequer vale a pena lutar, porque a derrota está assegurada.

É um fato que a atual condução da UOM de Villa, que sempre diz resgatar o melhor da tradição e a história do movimento operário da zona, distante anos luz daquela condução que nos anos 70 protagonizou o “VILLAÇO” alborando um programa classista contra a política de colaboração de classes da burocracia da CGT e da UOM nacional de Lorenzo Miguel.

Ainda que seja em outro contexto, em outro ramo da produção e em outro momento político, vale a experiência da neuquina Zanón: **com todas as limitações da Lei que enquadra sua expropriação, é indubitável que serve de exemplo a seguir. Se é discutível que seja o da grande vitória, está claro que é o melhor caminho para limitar os alcances da derrota.**

O contexto atual e a possibilidade de superar o isolamento e coordenar as lutas em um plano de ação único

As diferentes manifestações de solidariedade com os operários da Paraná Metal se combinam com o alvorecer de planos de luta setoriais. Em alguns casos, são defensivos da fonte de trabalho (SANCOR-COTAR, Centro Cultural da Toma); em outros, como os estatais, o epicentro é o salário, atento à queda experimentada no primeiro semestre do ano pela inflação incessante.

As diferentes organizações sindicais têm a palavra para organizar uma convocatória regional e nacional que, tomando como ponto aglutinador Paraná Metal, integre as diversas problemáticas setoriais e regionais na elaboração de uma **PAUTA ÚNICA DE REIVINDICAÇÕES** para construir um **PLANO DE LUTA COMUM**.

A UOM de Villa Constituição, ou a própria Assembleia de operários da Paraná Metal, bem podem ser os convocantes de uma **PLENÁRIA DE DELEGADOS E ATIVISTAS COMO PRIMEIRO PASSO NO CAMINHO INDICADO**.

Diante desta prioridade, opera como um fator objetivamente divisionista o processo eleitoral da CTA. Parece que para as cúpulas que se postulam pelas diversas chapas é mais importante a papeleta ou o crédito político que tiram de uma crítica a seu rival, que a **UNIDADE QUE NECESSITAM OS TRABALHADORES**.

Há que lutar contra qualquer forma de divisionismo e sectarismo. Há que instalar a necessidade da unidade desde as bases submetendo todas as frações políticas ao método da democracia operária. É tempo de por mãos à obra. Amanhã pode ser tarde demais.

Comitê Construtor por um **PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO**

Cuba:

Castro abre o caminho para uma acelerada direitização na Ilha

Frente ao estupor geral, desanca o modelo econômico vigente

A declaração de Casto dá luz verde para uma rápida restauração capitalista na Ilha. Cuba retornará a um capitalismo senil e corrupto para se converter novamente em jardim de diversão dos ianques. A experiência histórica confirma: não é possível a vitória da revolução socialista fechada nos limites das fronteiras nacionais, a revolução só será vitoriosa no plano internacional.

Em uma entrevista com o jornalista norte-americano, Jeffrey Goldberg, correspondente do “O Atlantic”, Castro referindo-se à difícil situação econômica que atravessa a Ilha, defendeu que o “o modelo cubano já não nos serve nem a nós mesmos”. Quando fala de “modelo econômico cubano” está se referindo à propriedade social dos meios

de produção, ao controle estatal do comércio interno e internacional, à estatização dos bancos, à planificação estatal de toda a economia etc. Desejávamos que estivesse se referindo à incompetência burocrática herdada do estalinismo, mas não é assim, está se referindo aos pilares fundamentais de um Estado socialista e Castro, na entrevista citada,

pela primeira vez diante do estupor de todos, o desanca.

Levando em conta que Castro é o símbolo da revolução cubana e da longa resistência ao bloqueio imperialista, a referida declaração deve ser entendida como luz verde para a virada que seu irmão Raúl vem empreendendo timidamente com a gradual abertura aos investimentos estrangeiros e à economia de mercado.

Lamentavelmente, Cuba, devido ao longo isolamento e ao bloqueio norte-americano, está ao ponto de se asfixiar economicamente, sem ter encontrado o suficiente oxigênio na ajuda venezuelana. Frente a uma realidade tão adversa não tem outro caminho a não ser o percorrido pela ex-URSS e a China. Marchar para uma ampla restauração capitalista. Castro, que primeiro dependeu do estalinismo soviético, secundando suas teorias contra-revolucionárias, como a do “socialismo em um só país”, “a coexistência pacífica com o imperialismo” etc, fez esforços para salvar a Ilha somando a subjetivos projetos econômicos “alternativos ao capitalismo”, ações como a ALBA, baseados supostamente mais na solidariedade do que no simples negócio lucrativo, projetos condenados ao fracasso –fato que se evidencia objetivamente porque não é possível que surjam economias anti-capitalistas no ventre desse sistema social. Tudo tem fracassado e Cuba, fatalmente, deve abrir suas portas às multinacionais e incorpora-se a um capitalismo senil e corrupto. Causa tristeza que a Ilha volte a ser um quintal dos Estados Unidos e o centro de diversão dos ianques, como foi antes da revolução.

Cuba

“Atualização” do modelo cubano?

Ronda sobre o proletariado cubano o fantasma do massivo desemprego. O surgimento de negócios privados, das novas formas de relação trabalhista e do autônomo, são sinais inequívocos de uma rápida restauração capitalista na Ilha.

Nos últimos dias, circulou na Ilha um comunicado oficial da Central de Trabalhadores de Cuba (CTC) no qual se anuncia que o governo prevê acabar com um milhão de empregos, de um total de 4,9 milhões de trabalhadores que dependem da administração estatal. Segundo o plano de demissões, 500 mil seriam demitidos nos meses que restam da presente gestão e os outros 500 mil durante o primeiro semestre do próximo ano.

Paralelamente a essa drástica redução de empregos estatais, o governo estimula a abertura de negócios privados, oficializando novas formas de relação trabalhista como o arrendamento privado de propriedades estatais, a entrega para particulares do usufruto de propriedades estatais, a organização de cooperativas e a abertura de licenças para trabalhadores por conta própria, como sapateiros, engraxates, alfaiates, cabeleireiros, relojoeiros, mecânicos etc.

Os trabalhadores por conta própria devem pagar pela concessão da licença de funcionamento; além disso, devem pagar impostos sobre suas utilidades; caso contrate mão-de-obra, também devem pagar impostos sobre ela; por outro lado, devem contribuir obrigatoriamente com a previdência social etc.

Na Ilha, até agora, pela natureza de sua economia, não se conheceu nenhuma política tributária, porque toda a atividade econômica (95%) está em mãos do Estado. Devido à falta de costume de pagar imposto que ocorre pelo menos por meio século, começa a incomodar a população os anúncios impositivos, porque seus níveis salariais são miseráveis.

O conjunto dessas mudanças que se anunciam na economia cubana tem sido denominado “atualização do modelo econômico cubano”, que não guarda nenhuma coerência conceitual com o que realmente

Os comentaristas de direita não ocultam sua satisfação quando falam da virada direitista do governo cubano. Para eles, é a confirmação da “inviabilidade do socialismo real” e o retorno de Cuba ao paraíso capitalista. Estes alcoviteiros do capital ocultam que as tormentas que vivem agora a humanidade são consequência do esgotamento do sistema social que conduz o planeta à barbárie.

Resulta irônico como o retrocesso cubano conforma a vigência plena dos postulados básicos do marxismo: *no atual sistema social, onde o crescimento das forças produtivas impôs a economia mundial, não é possível a vitória do socialismo no marco puramente nacional. A revolução social, começando dentro das fronteiras nacionais, para ser vitoriosa, deve necessariamente projetar-se para o plano internacional e acabar com os últimos vestígios do capitalismo em todos os rincões do mundo.* Esse princípio básico da revolução permanente, defendido por Trotsky e tão duramente combatido pelo estalinismo, agora é plenamente confirmado pela experiência histórica.

Cuba pode salvar-se se a revolução se estender ao continente sul-americano, possibilidade colocada na necessidade do proletariado latino-americano conseguir organizar-se em seu próprio partido político, libertando-se do reformismo de conteúdo burguês, que mancha a consciência dos explorados hoje na Venezuela, Bolívia, Brasil, Argentina, Equador etc.

(Extraído do Jornal Massas nº 2187, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

está passando na Ilha. O fato de que grande parte da força de trabalho desempregada seja canalizada ao trabalho autônomo (na Bolívia o artesanato) não parece uma “atualização” na economia, mas sim um retrocesso nas formas de produção pré-capitalistas, onde o Estado se desliga de toda responsabilidade, abandonando o trabalhador à própria sorte e às expensas da voracidade capitalista da oferta e da procura, condenado a morrer de fome pela impossibilidade de competir com as grandes indústrias capitalistas que imediatamente invadirão a Ilha, como consequência da abertura ilimitada da economia em favor das multinacionais.

O que está ocorrendo em Cuba é uma acelerada restauração capitalista em sua economia. As colocações de muitos analistas no sentido de que essa restauração seria mais lenta e gradual não parece se sustentar. Cuba está se asfixiando economicamente e necessita oxigênio a qualquer custo para sobreviver e abre as mãos ao máximo para continuar respirando.

O grave é que o cubano de pé que tem suportado meio século de privações pelo isolamento de sua revolução e pelo bloqueio norte-americano, mas com a esperança de um mundo melhor, agora retornará a um capitalismo bárbaro condenado a sofrer mais fome e privações, obrigado a converter em mercadoria até sua dignidade para satisfazer os prazeres dos habitantes do império que está tão próximo. Essas duríssimas condições de vida às quais estão submetidos permitirá o rápido surgimento de tendências contra-revolucionárias e retrógradas no plano super-estrutural. Aparecerão, novamente, a prostituição, os cartéis da droga e as manifestações nauseabundas da decadência do capitalista. É uma pena como os avanços na educação e na saúde, conquistados com tanto sacrifício, terminarão destruídos. O retrocesso cubano terá características catastróficas como já tem ocorrido na ex-URSS, na China e outros ex-países socialistas.

(Extraído do Jornal Massas, nº.2188, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)